

Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazzetto, nº 158 - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dezembro/2008

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
1. DIMENSÃO GERAL	4
1.1 Mensagem da Administração	4
1.2 Referencial Estratégico	5
1.3 Perfil Organizacional	5
1.4 Cenários	6
1.5 Dimensão Governança Corporativa	8
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	12
2.1 Copel Distribuição em Números	13
2.2 Participação e crescimento do mercado em 2008	14
2.3 Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.	15
2.4 Investimento Remunerável	16
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	17
3.1 Receita Operacional Líquida	17
3.2 Custos e Despesas Operacionais	17
3.3 LAJIDA ou EBITDA	18
3.4 Resultado Financeiro	18
3.5 Lucro Líquido	19
3.6 Endividamento	19
3.7 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas	19
3.8 Investimentos	19
4. DESEMPENHO SOCIAL	20
4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais	20
4.2 Clientes	22
4.3 Recursos humanos	26
4.4 Treinamento e desenvolvimento	26
4.5 Desempenho setorial	28
4.6 Programa de Eficiência Energética - PEE	31
5. DESEMPENHO AMBIENTAL	32
5.1 Gestão ambiental	32
5.2 Políticas de atuação em áreas de preservação ambiental	32
5.3 Educação Ambiental	34
5.4 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)	35
5.5 Emissões, efluentes e resíduos	36
5.6 Licenciamentos ambientais	38
5.7 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais	39
6. BALANÇO SOCIAL	41
7. AGRADECIMENTOS	45
7.1 Mensagem de Agradecimento	45
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	46
Balancos Patrimoniais	46
Demonstração dos Resultados	48
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
Demonstração do Valor Adicionado	52
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	54
1 Contexto Operacional	54
2 Concessões	54
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	54
4 Mudanças de Práticas Contábeis	55
5 Principais Práticas Contábeis	57
6 Caixa e Equivalentes de Caixa	63
7 Consumidores e Revendedores	64
8 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	66
9 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	66
10 Impostos e Contribuições Sociais	67
11 Conta de Compensação da "Parcela A"	69
12 Outros Ativos e Passivos Regulatórios	72
13 Cauções e Depósitos Vinculados	73
14 Estoques	73
15 Outros Créditos	74
16 Depósitos Judiciais	74
17 Imobilizado	75
18 Intangível	79

19	Empréstimos e Financiamentos	80
20	Fornecedores	83
21	Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas.....	84
22	Benefícios Pós-emprego	84
23	Encargos do Consumidor a Recolher	86
24	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.....	86
25	Outras Contas a Pagar.....	88
26	Provisões para Contingências.....	88
27	Patrimônio Líquido	90
28	Receita Operacional.....	91
29	Deduções da Receita Operacional	92
30	Custos e Despesas Operacionais	92
31	Resultado Financeiro	97
32	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.....	97
33	Instrumentos Financeiros	99
34	Transações com Partes Relacionadas	102
35	Seguros	104
36	Gastos em Meio Ambiente	105
37	Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	106
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....		107
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....		108

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

Estamos apresentando, com orgulho e satisfação, o Relatório de Atividades da Copel Distribuição referente ao exercício de 2008, elaborado com base nas diretrizes estratégicas e nos compromissos de sustentabilidade assumidos pela Controladora.

Paralelamente à execução dos investimentos em projetos e obras inerentes à atividade, o ano foi marcado pela consolidação das adequações estruturais decorrentes da absorção, pela Copel Distribuição, dos ativos de transmissão de energia em até 138 mil volts que pertenciam à extinta Copel Transmissão.

Outro destaque foi a conquista do Prêmio Abradee como “Melhor Distribuidora da Região Sul” em 2008, distinção que confirma o nível de excelência no atendimento prestado pela Copel a seus clientes.

Em atendimento aos princípios da sustentabilidade, a empresa reformulou seu processo de comunicar ao cliente a existência de débitos vencidos (o chamado “Reaviso”): uma mensagem incluída na própria conta de luz passou a substituir o documento que prestava a informação e dispensou o uso de 1 milhão de folhas de papel por mês, poupando os recursos naturais.

Para 100 mil famílias de baixa renda de todo o Paraná, a Copel ministrou palestras de orientação visando reduzir o desperdício de eletricidade e distribuiu gratuitamente 400 mil lâmpadas fluorescentes compactas – mais econômicas, duráveis e eficientes, contribuindo para reduzir os gastos com energia e preservando os recursos dessa população.

Por fim, como fato subsequente, em março de 2009 com o intuito de coordenar os assuntos e as atividades socioambientais corporativos foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, já integrada ao organograma da Companhia, providência que não só destaca, mas reveste com a formalidade devida as questões de natureza social e ambiental, que são preciosas, estratégicas e fundamentais para as operações da Controladora.

Curitiba, 14 de Abril de 2009.

A Administração

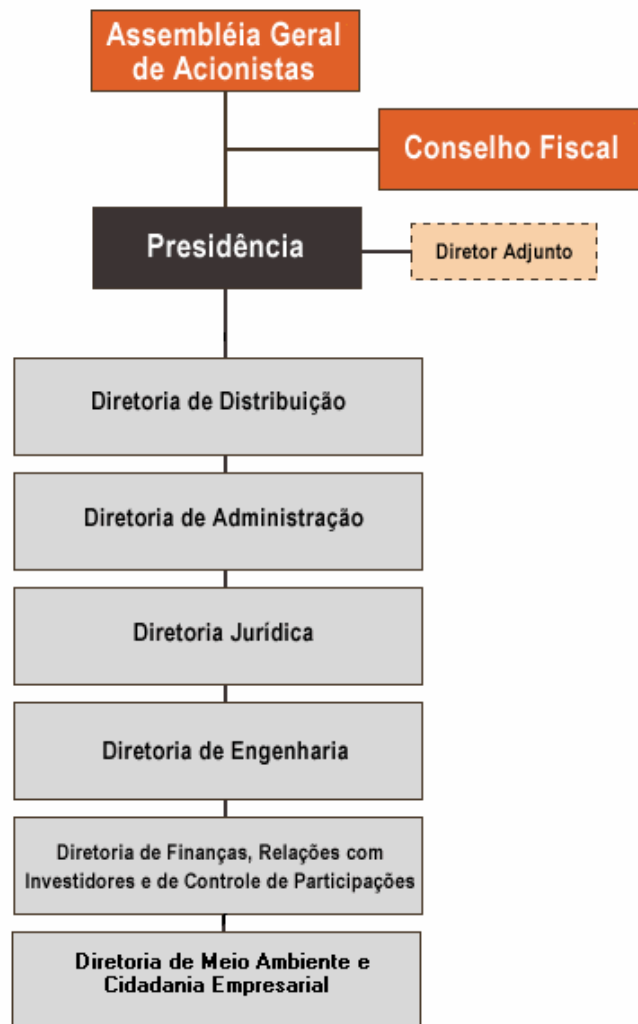
1.2 Referencial Estratégico

A Copel Distribuição segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- 1) **Transparência** - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- 2) **Ética** - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- 3) **Respeito** - consideração com o próximo;
- 4) **Responsabilidade Social e Ambiental** - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- 5) **Segurança** - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

1.3 Perfil Organizacional

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 3,5 milhões de consumidores de energia, em 1.119 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além disso, a Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista da cisão da Copel Transmissão S.A., conforme a Resolução Autorizativa Aneel nº 1.120, de 27/11/2007. A partir de 2008 a Copel Distribuição S.A. assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da companhia extinta.



1.4 Cenários

1.4.1 Análise Internacional

A partir do segundo semestre de 2007, a confiança na continuidade do ciclo expansionista começou a diminuir, desencadeado pelo elevado número de inadimplências no setor *subprime* do financiamento imobiliário dos Estados Unidos, sob garantias hipotecárias. Aliado a este, outros fatores começaram a fragilizar a credibilidade no crescimento global, tais como a expectativa da redução do ritmo acelerado de crescimento da China, o volume dos déficits gêmeos americanos (fiscal e em conta corrente) e o desequilíbrio entre o crescimento das cadeias de suprimento de matérias primas básicas e o aumento do consumo proporcionado pelo crescimento mundial, causando um efeito inflacionário global. Estes fatores associados conduziram a um contexto recessivo mundial. A interferência dos governos e dos bancos centrais, através de políticas fiscais

e monetárias, empréstimos aos bancos e instituições financeiras, são alternativas para tentar evitar a recessão. Os países emergentes serão afetados em menor escala do que os países desenvolvidos, devido ao fortalecimento das instituições e das políticas macroeconômicas, aos ganhos de produtividade advindos da globalização e ao crescimento de seus mercados internos. A desaceleração da demanda reduz o preço das *commodities* e conseqüentemente diminui a inflação mundial.

1.4.2 Análise Nacional

O bom desempenho da economia mundial no período 2003-2008 produziu impactos positivos na economia nacional. Como resultado, em 2008 a atividade industrial acelerou-se, a taxa de desemprego diminuiu, houve expansão da renda, com crescimento de 4% no PIB *per capita*, redução da desigualdade social, aumento dos empréstimos do sistema financeiro, expansão do consumo, evolução positiva do mercado de capitais e a obtenção do grau de investimento (*investment grade*) dado aos países considerados seguros para investir, certificado pela Fitch e Standard & Poor's, agências avaliadoras mundialmente respeitadas. O sistema bancário nacional está solidamente instalado e relativamente bem regulamentado, sendo reconhecido como modelo mundial.

O PIB nacional fechou 2008 com crescimento de 5,1%, ainda que afetado pela redução econômica observada no 4º trimestre, período em que cresceu apenas 1,3% perante igual período de 2007. O resultado do PIB por setor foi de 5,8% para a agropecuária, 4,8% para o setor de serviços e 4,3% na indústria.

1.4.3 Análise Estadual

Na última década o Paraná apresentou avanços nas indústrias de máquinas e equipamentos, veículos automotores, madeira, mobiliário, papel e papelão, bebidas e alimentos, sendo a âncora do crescimento composta pelo agronegócio e pela demanda externa. O PIB do Paraná deverá crescer 5,8% em 2008, segundo estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

A produção de grãos na safra 2007/2008 apresentou ampliação de 7,8% em relação à temporada anterior, totalizando 31,5 milhões de toneladas, com destaque para as culturas de trigo e milho que tiveram variações nas quantidades colhidas de 58,3% e 7,8%, respectivamente.

A indústria apresentou aumento de 8,6% na produção física, sob influência principalmente dos segmentos de veículos automotores, que cresceu 23,8%, edição e impressão, 32,3% e celulose e papel, 16,7%, impulsionados, em grande parte, pela produção de caminhões; livros, brochuras ou impressos didáticos; e cartolina, respectivamente.

O setor de comércio e serviços acompanhou o crescimento dos demais setores, com acréscimo no volume de vendas do comércio varejista de 7,0%.

1.4.4 Análise Setorial

Em 23 de junho de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução nº 663/2008 homologou resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica da Companhia, que determinou reajuste médio de 0,04% nas tarifas de energia

Quanto à comercialização de energia, em 2008, a Copel Distribuição participou dos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos promovidos pela Aneel, adquirindo 51 MW médios no leilão de A-3; 316,3 MW médios no leilão de A-5 e 141,5 MW médios do empreendimento UHE Jirau, estes a serem entregues conforme o cronograma de disponibilização de energia do empreendimento Jirau.

Quanto à energia proveniente de empreendimentos existentes, a Copel Distribuição adquiriu 1,0 MW médio para o ano de 2008 em leilões de ajuste, visto que o leilão A-1, principal evento de contratação de energia existente, foi cancelado por falta de proponentes vendedores.

1.5 Dimensão Governança Corporativa

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre a acionista Controladora, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

1.5.1 Auditorias

- **Auditoria Interna**

A Auditoria Interna da Controladora tem suas atividades orientadas segundo as normas estabelecidas pelo *Institute of Internal Auditors* - IIA e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra, segundo as quais a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria

da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do gerenciamento de riscos e controles, a Auditoria Interna auxilia a organização na identificação e na avaliação de exposições significativas a riscos, contribuindo para a melhoria contínua e a manutenção desses sistemas.

Relativamente a governança corporativa, tais normas estabelecem que a Auditoria Interna deve avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo, contribuindo para promover a ética e valores apropriados dentro da organização, assegurar a gestão eficaz do desempenho e a responsabilidade por prestação de contas, comunicar de forma eficaz as informações relacionadas a risco e controle e auxiliar o estabelecimento de comunicação de informações entre os auditores externos e internos e a Administração.

- **Auditoria Externa**

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, a Companhia contratou através de sua Controladora, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa prestou serviços somente relacionados à auditoria independente. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria..

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005 os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações financeiras, acima do nível de materialidade, são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização desses testes são avaliados pela auditoria externa.

1.5.2 Gestão de Riscos

Em 2006, a Controladora iniciou as atividades para aprimorar o monitoramento do ambiente de riscos e controles internos ao implantar sua Política de Controles e Gestão de Riscos, que tem como objetivo definir as diretrizes de atuação da Companhia e as responsabilidades no tocante à gestão de riscos e aos controles internos dos processos que possam interferir em seus objetivos.

Em continuidade aos esforços inicialmente planejados, em 2007 iniciou-se a implantação do Projeto de Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, baseada nos conceitos e critérios descritos no documento *COSO II - ERM Framework*, elaborado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*.

Entre os principais marcos do projeto, podemos destacar:

- avaliação do modelo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC anteriormente a 2007;
- proposição de oportunidades de melhoria para aderência do modelo de GIRC às melhores práticas de mercado;
- identificação e avaliação dos riscos-chave de negócios que podem impedir o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia, com a primeira revisão ocorrida entre maio e agosto de 2008;
- entendimento e detalhamento dos controles-chave que mitigam os riscos-chave de negócios;
- apresentação de planos de ação para os riscos-chave de negócios que estão acima dos limites aceitáveis pela Companhia;
- desenho da visão futura do modelo de GIRC, contemplando as principais oportunidades de melhorias verificadas na fase de avaliação; e
- elaboração do cronograma detalhado para implantação da visão futura do modelo de GIRC.

1.5.3 Tecnologia da Informação

As estratégias corporativas na área de Tecnologia da Informação - TI para o período 2008 a 2012 têm como objetivo atender às necessidades de negócio da Companhia definidas em seu planejamento estratégico de forma a propiciar avanço tecnológico consistente e necessário, com foco em: modernização dos sistemas, processamento centralizado, padrões abertos baseados em interface web e adoção de soluções viáveis de software livre.

Em 2008, a TI deu continuidade à estratégia de alinhar seus sistemas aos processos de negócio da Companhia, usando como base para o desenvolvimento de novas soluções a modelagem dos processos de negócio — com o objetivo de melhorar os controles e ganhos de qualidade e produtividade —, através do *Control Objectives for Information and Related Technology - COBIT*, definidos pelo *IT Governance Institute* para Governança e *IT Infrastructure Library - ITIL*, bem como através da *Central Computer Telecommunications Agency - CCTA*, para gerenciamento de serviços. Tal estratégia inclui também adesão à política de informática do governo do Estado, aprimoramento contínuo da segurança e da disponibilidade de serviços e redução de custos.

COPEL Distribuição

Na busca de soluções para as necessidades de negócio, a área vem empreendendo grande esforço para modernização de seus sistemas e infraestrutura, através dos programas ERP - Gestão Empresarial Integrada, CIS - Gestão de Consumidores, SASE - Modernização dos Sistemas de Automação de Subestações, Pilares - Infraestrutura para Programas e Projetos da Tecnologia da Informação e Migrageo - Modernização Sistemas Georeferenciados.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Apresentamos, a seguir, dados condensados de nosso desempenho operacional e de produtividade relativamente aos períodos de 2008 e 2007, assinalando que os registros espelham os resultados obtidos pela Companhia em conformidade com seu planejamento estratégico no que concerne a metas relacionadas ao valor para o cliente - oferecer qualidade e preço competitivos no mercado cativo e livre - e à excelência na produtividade e gestão de processos - assegurar a infraestrutura para negócios com custos, prazo e qualidade adequados; melhorar a continuidade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços; e gerenciar custos e valor dos processos.

2.1 Copel Distribuição em Números

	2008	2007	▲% 2008-2007
Financeiros - R\$ milhões			
Receita operacional ou Vendas brutas	6.264,1	5.929,6	5,6
Receita operacional líquida ou Vendas líquidas	3.765,9	3.551,9	6,0
LAJIDA ou EBITDA	787,7	874,5	(9,9)
Lucro líquido	544,4	581,5	(6,4)
Patrimônio líquido	3.042,3	2.663,9	14,2
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez geral (índice)	1,38	1,31	5,3
Liquidez corrente (índice)	1,43	1,31	9,2
Margem operacional do serviço (%)	15,5	19,1	(18,8)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	21,8	27,9	(21,9)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	5,5	4,8	14,6
Atendimento			
Fornecimento de energia - Participação mercado Nacional (%) *	6,8	6,8	-
Fornecimento de energia - Participação mercado da Região Sul (%) *	35,1	34,2	2,6
Unidades consumidoras	3.523.543	3.437.061	2,5
Empregados	6.508	6.476	0,5
Consumidores por empregado	541	531	1,9
Municípios atendidos	393	393	-
Localidades atendidas	1.119	1.116	0,3
População total atendida (em milhares de habitantes)	10.128	9.974	1,5
- Urbana	8.745	8.578	1,9
- Rural	1.383	1.396	(0,9)
Mercado			
Área de concessão (km ²)	194.854	194.854	-
Mercado Faturado de Energia (GWh) - cativo	19.632	18.523	6,0
Tarifa média anual de fornecimento - excluído do cálculo PASEP/COFINS e ICMS (R\$/MWh)	207,60	207,48	0,1
- Residencial (inclui a subvenção baixa renda paga pelo Governo Federal)	254,68	254,65	-
- Industrial (exclui o uso do sistema consumidores livres)	182,84	181,38	0,8
- Comercial	226,19	226,67	(0,2)
- Rural	150,09	150,57	(0,3)
DEC (horas, centesimal de hora)	12,21	14,67	(16,8)
FEC (número de interrupções)	10,79	13,27	(18,7)
Operacionais			
Subestações não-automatizadas	4	13	(69,2)
Subestações automatizadas	340	328	3,7
Subestações transmissoras	30	30	-
Potência instalada em subestação de 34,5kV (MVA)	1.624	1.624	-
Transformadores	331.601	322.115	2,9
Potência instalada em transformadores (MVA)	8.565	8.216	4,2
Linhas de transmissão (km)	1.835	1.830	0,3
Redes de distribuição (km)	179.188	177.047	1,2
Nº de postes	2.422.197	2.353.097	2,9

* Dados preliminares

2.2 Participação e crescimento do mercado em 2008

Em 2008, o mercado cativo da distribuição teve uma variação de 6,0% no consumo de energia, totalizando 19.633 GWh contra 18.523 GWh do ano anterior, com expansão de 2,5% no número de consumidores, representando incremento de 86.482 novos clientes na carteira da Copel Distribuição.

O suprimento às pequenas concessionárias obteve um incremento de 4,6% na energia faturada.

Neste ano, o desempenho do mercado de energia foi influenciado principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial, que representaram 27,4%, 34,5% e 20,2%, respectivamente, do consumo cativo faturado, e tal fato ocorreu, primordialmente, pelos seguintes fatores: maior disponibilidade e alongamento do crédito, redução dos juros, bom desempenho da economia no primeiro semestre e aquisição de eletrodomésticos, durante o período de incremento da renda, que estimulam o consumo em geral.

Em 2008, foram incorporadas ao sistema da Copel Distribuição 86.482 ligações, sendo 68.941 residenciais, 4.863 industriais, 8.415 comerciais, 2.099 rurais e 2.164 de outras classes. Em dezembro de 2008, foram faturados 3.523.543 consumidores, dentre os quais 2.782.404 residenciais, o que representa acréscimo de 2,5% em relação ao ano anterior. O setor residencial consumiu, em 2008, 5.379 GWh, representando crescimento de 4,6% comparativamente a 2007. O consumo médio por consumidor residencial foi de 161,1 kWh/mês, registrando aumento de 2,0% em relação ao ano anterior. A melhora da renda e a expansão do crédito, que subsidiou a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, colaboraram para este crescimento.

O consumo industrial faturado pela Copel Distribuição, apresentou, em 2008, variação de 7,8%, atingindo 6.770 GWh. Este resultado foi influenciado principalmente pela indústria automobilística; de edição e impressão; máquinas e equipamentos; e de celulose e papel. Foram faturados, em 2008, 63.641 consumidores industriais, 8,3% acima do verificado em 2007.

Com aumento de 6,6% em relação ao consumo de 2007, a classe comercial totalizou, em 2008, 3.967 GWh. Integra esta classe, além de estabelecimentos do setor varejista e atacadista, amplo e variado elenco de atividades econômicas (de serviços de hospedagem e alimentação a serviços bancários). A contínua ligação de unidades consumidoras de alto padrão de consumo (shopping centers e supermercados) e o aquecimento da atividade econômica nos primeiros nove meses do ano ratificam o bom desempenho do consumo comercial. Foram agregados 8.415 consumidores comerciais, totalizando 294.866 consumidores faturados em 31/12/08.

A classe rural apresentou aumento de 5,5% no consumo faturado, totalizando 1.606 GWh em 2008. O consumo médio rural cresceu 4,9% em relação a 2007, atingindo 398,7 kWh/mês. Em dezembro de 2008, foram faturados 335.666 consumidores rurais, 0,6% superior ao verificado no

ano anterior.

As demais classes de consumo, representadas pelos Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Próprio, complementam o mercado cativo de energia elétrica da Copel Distribuição, tendo apresentado, em geral, crescimento de 2,9% e consumo de 1.911 GWh em 2008.

Detalhes sobre o número de consumidores e o total consumido (MWh), por classe de consumo, podem ser encontrados na NE nº 28.

2.3 Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.

O processo de revisão tarifária periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que, enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica é calculada a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X. Nesse processo de revisão tarifária são estabelecidas, numa primeira etapa, tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e com uma remuneração justa e adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Na segunda etapa, é estabelecido o Fator X, cujo objetivo é o compartilhamento do ganho de escala com os consumidores.

A Resolução Homologatória Aneel nº 663, de 23/06/08, estabeleceu, de forma provisória, as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição a serem aplicadas a partir de 24/06/08, considerando o reajuste total médio negativo de 3,3%. Esse índice incorpora os percentuais do Índice de Reposicionamento Tarifário negativo de 7,2% e os componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica de 3,8%. Destaca-se que, em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro negativo de 3,3%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber, no período 24/06/08 a 23/06/09, aumento médio de 0,1%.

Numa segunda etapa, foi calculado o fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela Resolução nº 234/2006, o cálculo preliminar de X e para a Copel Distribuição resultou em 2,1%.

Os valores publicados ainda não são definitivos, tendo em vista que a metodologia da revisão tarifária foi objeto da Audiência Pública Aneel nº 52/2007. Nesse sentido, a Empresa de Referência definida para a Copel Distribuição, no valor de R\$ 686,0 milhões, e o Fator X, de 2,09%, deverão ser alterados. A remuneração dos investimentos, no valor de R\$ 590,4 milhões, decorrente da metodologia da base de remuneração, assim como as despesas dos custos não gerenciáveis (Parcela A) deverão ser mantidas, pois não sofreram alteração em sua metodologia de cálculo.

A Resolução Normativa Aneel nº 338/2008 alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234/2006, que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em decorrência, no próximo reajuste tarifário, previsto para junho de 2009, além da aplicação da fórmula paramétrica do reajuste, e do repasse dos novos custos não gerenciáveis (Parcela A), serão revistos os índices publicados em 2008 para a revisão tarifária (Resolução Homologatória Aneel nº 663, de 23/06/08), tendo em vista a fixação de um novo valor para a Empresa de Referência e para o Fator X.

2.4 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 663, de 23/06/2008, está apresentado a seguir:

COMPONENTES DO INVESTIMENTO REMUNERÁVEL	Revisão 06/2008
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	9.226.806
b) (-) Depreciação Acumulada 61,6%	5.680.682
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	1.658.592
d) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.887.532
e) (+) Almoxarifado	33.199
f) Investimento Remunerável (B.Remuneração)	1.920.731
g) Bens 100% depreciados	752.079
h) Cota de Depreciação - Taxa média Anual 4,5%	

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Receita Operacional Líquida

Em 2008, a receita operacional líquida teve acréscimo de R\$ 214,0 milhões, representando 6,0% de aumento em relação ao exercício de 2007. Tal variação é proveniente do crescimento da receita de fornecimento de energia elétrica em 8,6%, em virtude do aumento no consumo de energia, além do reajuste médio de 0,1% autorizado pela Aneel a partir de 24 de junho de 2008, (reajuste negativo de 1,2% em 2007).

3.2 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram, em 2008, R\$ 3.154,3 milhões, contra R\$ 2.848,8 milhões em 2007. Tal variação decorre principalmente do:

- 1) Acréscimo de 24,1% em energia elétrica comprada para revenda. Destacam-se o aumento de energia adquirida em leilão no valor de R\$ 140,2 milhões, da CCEE no valor de R\$ 115,9 e de Itaipu no valor de R\$ 81,1;
- 2) Acréscimo de 11,0% em gastos com pessoal, justificado pelo aumento do quadro funcional de empregados e pelo acordo coletivo, que estabeleceu reajuste salarial de 7,5% e 5,5%, respectivamente em outubro de 2008 e 2007;
- 3) Acréscimo de 122,3% em provisões e reversões decorrentes da constituição de provisão para contingências regulatórias no valor de R\$ 14,1 milhões e da constituição de PCLD no valor de R\$ 10,3 milhões (reversão de R\$ 6,0 em 2007);
- 4) Acréscimo de R\$ 25,8 milhões em plano previdenciário e assistencial decorrente dos efeitos do cálculo atuarial, definido anualmente por atuário contratado;
- 5) Decréscimo de 33,2% em encargos de uso da rede elétrica decorrente da incorporação dos ativos da Copel Transmissão a partir de novembro de 2007 e efeitos líquidos da realização da CVA.

3.3 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 787,7 milhões, 9,9% inferior ao valor de R\$ 874,5 milhões verificado em 2007

Cálculo do Lajida/Ebitda		
	2008	2007
Lucro do período	544.374	581.460
IRPJ e CSLL diferidos	87.169	(7.144)
Provisão para IRPJ e CSLL	100.483	246.293
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(120.448)	(117.510)
Lajir/Ebit	611.578	703.099
Depreciação e Amortização	176.081	171.380
Lajida/Ebitda - ajustado	787.659	874.479
Receita Operacional Líquida - ROL	3.765.918	3.551.935
Margem do EBITDA% ⁽¹⁾	20,9%	24,6%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

3.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro tem como destaques:

- 1) acréscimo de 17,2% em receitas financeiras, representado principalmente: pelo acréscimo de R\$ 18,6 na conta de variações monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que corrige o contrato da CRC com o Governo do Estado do Paraná, que variou 9,1% em 2008 (7,9% em 2007); pelo aumento de R\$ 14,6 milhões em rendas de aplicações financeiras.
- 2) acréscimo de 29,7% em despesas financeiras, representado principalmente: pela maior despesa com variação cambial sobre energia elétrica comprada de Itaipu em R\$ 36,0 milhões; pelo registro de R\$ 30,1 milhões, referente ao Termo de Ajuste de Conduta assinado com a Aneel, visando à regularização dos indicadores DEC/FEC, valor este que será totalmente aplicado em obras de distribuição em determinados conjuntos de unidades consumidoras; pelo aumento de R\$ 17,1 milhões registrados em variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos; compensados pelo decréscimo nas despesas de CPMF e nos encargos de dívidas, nos valores de R\$ 27,3 e R\$12,3, respectivamente.

3.5 Lucro Líquido

Em 2008, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 544,4 milhões, sendo 6,4% menor que o obtido no exercício anterior, de R\$ 581,5 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 21,8% (lucro líquido / (patrimônio líquido - lucro líquido)), representando decréscimo de 22,0% em relação a 2007.

3.6 Endividamento

As dívidas de curto e longo prazo sofreram variações em 2008 devido ao ingresso de R\$ 32,5 milhões referentes ao Contrato Eletrobrás ECFS 0206/07. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 25,2 milhões, dos quais R\$ 15,4 milhões em amortização de principal e R\$ 9,8 milhões de encargos.

3.7 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas

Em 2008, a Controladora atuou junto a órgãos financiadores com o objetivo de viabilizar recursos para o Programa Luz para Todos, tendo em 2008 sido liberado, através da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, o montante de R\$ 37,9 milhões para aplicação em obras.

3.8 Investimentos

Abaixo demonstramos a previsão de investimentos para 2009 no ativo imobilizado e intangível:

Valores em R\$ milhões	Realizado 2007	Realizado 2008	Variação% 2008-2007	Previsto 2009
Imobilizado e intangível				
Copel Distribuição	380,1	497,7	30,9	774,7
Total	380,1	497,7	30,9	774,7

4. DESEMPENHO SOCIAL

4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais

Em 2008 a Copel Distribuição através de sua Controladora, em sua esfera de influência, se engajou no esforço global para proteger, respeitar e remediar os direitos humanos, e convidou todos os seus fornecedores, parceiros, clientes e demais partes interessadas a participar também. O ano de 2008 teve, assim, como bandeira de responsabilidade corporativa a ampla promoção dos direitos humanos universalmente aceitos e ficou marcado, na esfera social, por iniciativas e políticas correlacionadas, como destacadas a seguir.

4.1.1 Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em agosto de 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem, destacadamente, Pessoas com Deficiência – PcDs, para interação direta com o Grupo de Acessibilidade, sendo voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas e da cultura da Companhia no que concerne aos portadores de todas as deficiências-, raça, etnia e gênero no âmbito do quadro funcional.

4.1.2 Programa Corporativo de Segurança Alimentar

O processo de recuperação do valor nutricional dos alimentos está sendo empreendido pela Controladora, membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, que criou o Projeto-piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos. Implementado no primeiro semestre de 2008 na Usina Termelétrica de Araucária, o projeto teve participação de produtores orgânicos, empregados da Companhia, empregados terceirizados, manipuladores de alimentos, familiares do entorno e de gestores que disseminarão os conceitos para o restante da Companhia. A iniciativa tem como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan, marco da sociedade civil, que discutiu e criou a Lei, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem nenhuma ressalva.

4.1.3 Programa Corporativo de Acessibilidade

O Programa Corporativo de Acessibilidade, implantado na Controladora em agosto de 2007,

obteve evolução significativa em seu primeiro ano de vida no que diz respeito à inclusão social, principalmente em relação às pessoas com mobilidade reduzida e necessidades especiais.

O Demonstrativo em Braille junto com a conta de energia elétrica, lançado em dezembro de 2007, para clientes com deficiência visual é prática em andamento na Companhia no que diz respeito à acessibilidade. A divulgação dessa prática vem sendo intensa através de veículos de comunicação e da própria fatura de energia, com vistas à informação desse novo serviço que atende hoje mais de 200 clientes em todo o Estado do Paraná. O próprio site da Companhia, reformulado em 2008, tornou-se acessível aos clientes que possuem deficiência visual.

A Controladora aprovou, em 2008, o valor de R\$ 4.699 mil no orçamento de investimento da Copel Distribuição para obras de acessibilidade em suas instalações (agências, postos de atendimento, sedes regionais, etc.).

4.1.4 Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apóia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades mais carentes. Nesse âmbito, destacamos:

- **CONSEA/PR - Conselho de Segurança Alimentar do Paraná**

Espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, o Consea/PR tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Em 2003, o Governo do Paraná, em ação interinstitucional articulada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social com as demais Secretarias de Estado, incluindo a Copel Distribuição, e em parceria com a sociedade civil organizada, formulou o programa Fome Zero Paraná. Desde então, a Controladora vem participando de todos os levantamentos, diagnósticos, elaboração de projetos e análises das políticas públicas de Segurança Alimentar do Estado do Paraná e do Brasil.

No Brasil, a celebração do Dia Mundial da Alimentação em 16 de outubro foi ampliada para a Semana Mundial da Alimentação, ocasião em que entidades da sociedade civil, ministérios, governos estaduais e municipais promoveram iniciativas relacionadas ao tema “Fortalecer a Agricultura Familiar para Garantir a Segurança Alimentar”.

Em novembro de 2008, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan foi analisada com destaque no seminário de extensão universitária "Investir na agricultura familiar e ecológica

para garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável". O evento foi promovido pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná - UFPR e pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição da Região Sul - Cecan-Sul, com apoio do Consea-PR e de diversas entidades do Estado do Paraná.

4.1.5 Incentivos Fiscais

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet no exercício de 2008, no total de R\$ 2,2 milhões, foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal.

Dentre os projetos beneficiados através da Lei Rouanet a Copel Distribuição contribuiu para a exposição "A arte japonesa: do moderno ao contemporâneo" tendo como preponente a Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer – MON.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA., tendo destinado, em 2008, aos projetos inscritos um total de R\$ 0,6 milhões, com destaque para os de Apoio à Inovação e Humanização no Atendimento Hospitalar do Hospital Pequeno Príncipe e Missão Criança: Semeando o Futuro, da entidade Pequeno Cotelengo.

4.1.6 Programa S.O.S Santa Catarina

Diante da calamidade que assolou o estado vizinho de Santa Catarina no final de 2008, a Companhia elaborou uma campanha solidária de arrecadação de valores monetários para a ajuda aos atingidos pelas enchentes naquele estado. O programa consistiu em mobilizar os cerca de R\$ 3,5 milhões de consumidores da Copel Distribuição, por meio de encarte encaminhado juntamente com a nota fiscal conta de energia elétrica, no qual o consumidor poderia autorizar a inclusão de valores em sua conta de luz, para serem repassados ao Fundo de Defesa Civil de Santa Catarina – FUNDEC. .

4.2 Clientes

4.2.1 Relacionamento com clientes

Com diversos canais de acesso listados no site da Controladora (www.copel.com) aos vários segmentos de sua carteira de clientes, a Copel Distribuição agrega qualidade e agilidade na prestação de orientações e no atendimento às solicitações, sugestões e reclamações.

A central de atendimento telefônico (0800-51-00-116), o canal mais utilizado pelos usuários, realizou, em média, 614 mil atendimentos/mês em 2008. No mesmo período, as 113 unidades de atendimento personalizado registraram em média 146 mil/mês.

Para segmentos específicos, como clientes de alta tensão, a Companhia disponibiliza atendimento diferenciado com teleatendentes especializados (0800-643-7575). Grandes clientes industriais e comerciais têm como principais canais de acesso analistas comerciais de negócios, que são capacitados para prestar atendimento comercial e técnico personalizado, e o Centro de Operação da Distribuição - COD, para emergências relacionadas a fornecimento de energia.

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores da Copel Distribuição S.A., instituído pela Diretoria da Controladora em novembro de 1993, com as atribuições de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequação dos serviços prestados ao consumidor final e apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

Está em desenvolvimento processo para a aquisição de novos sistemas de gestão de clientes e integrado de gestão empresarial, o que contribuirá para a confiabilidade e o aperfeiçoamento da gestão de nosso relacionamento com os clientes dos vários segmentos.

4.2.2 Necessidade, satisfação e reclamação de clientes

Entre as ações implementadas na busca contínua da melhoria do atendimento aos clientes, salientamos a implementação de sistema de gravação de voz e imagem do atendimento telefônico, que fornece subsídios para a gestão da qualidade do atendimento, e do sistema de gerenciamento da força de trabalho, que possibilita o correto dimensionamento da estrutura de teleatendimento.

A satisfação dos clientes da Companhia é monitorada pelas pesquisas de opinião realizadas anualmente. Em 2008, no tocante ao segmento residencial, as pesquisas realizadas nas edições anuais dos prêmios da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição é associada, registraram 85,7% de clientes satisfeitos. Já as da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel contabilizaram 65,5%.

As oportunidades de melhorias identificadas para cada segmento são analisadas por grupos multidisciplinares, que propõem ações a serem implementadas, visando ao nível de excelência na satisfação dos clientes e na melhoria contínua dos processos.

A tabela a seguir apresenta indicadores relativos à monitoração de nossa carteira de clientes no período de 2006 a 2008:

ATENDIMENTO A CLIENTES			
Venda de energia (GWh): % total	2008	2007	2006
Residencial	26,7	27,1	26,9
- Residencial Convencional	23,1	23,1	22,7
- Residencial baixa renda	3,6	4,0	4,2
Industrial	33,6	33,1	33,5
Comercial	19,7	19,6	19,0
Rural	8,0	8,0	8,0
Poder público	2,8	2,8	2,8
Iluminação pública	3,7	3,8	4,0
Serviço público	2,9	3,0	3,2
Próprio	0,1	0,1	0,1
Total cativo	97,5	97,5	97,5
Concessionárias	2,5	2,5	2,5
Satisfação do cliente			
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC - Aneel	65,50	70,87	69,96
ISC - Índice de Satisfação do Cliente (preço e qualidade)	60,20	66,50	52,70
ISQP (qualidade percebida)	85,70	84,20	85,30
Atendimentos realizados			
Total de ligações atendidas (call center)	7.366.847	7.472.323	7.345.351
Nº de atendimentos nos escritórios regionais	1.757.276	1.451.664	999.139
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	1,5	1,4	1,7
Tempo médio de espera até o início de atendimento (seg.)	49"	24"	30"
Tempo médio de atendimento (min.)	3'12"	2'58"	3'04"
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores			
À Empresa	111.027	102.334	124.602
Ao Procon	273	282	496
À Justiça	2.012	958	705
Reclamações: principais motivos (%)			
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores à Ouvidoria	5.702	5.436	4.782
Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %)			
Procedimento irregular: inclui auto-religação, desvio de energia e medição adulterada	19,0	16,3	14,8
Atendimento ao cliente: inclui tempo de espera, retorno/resposta, respeito/cortesia	17,3	14,0	17,7
Valor da conta de luz: inclui leitura do consumo de energia, tarifa e débitos pendentes.	12,2	16,3	19,0
Ligação/religação: inclui cobrança de taxas, prazo, vistoria da entrada de serviço, postinho de luz.	12,0	10,0	7,7
Outros: de cunho administrativo e sobre cadastros	9,2	4,5	6,4
Interrupção do fornecimento: inclui desligamento não programado/programado/solicitado, duração e frequência	8,3	10,9	7,9
Fatura: inclui emissão de 2ª via, débito em conta corrente, pagamentos, entregas e contas vinculadas.	5,1	3,4	4,4
Rede/linha: sobre aumento de carga/reforço na rede, obras de extensão e prazos	5,3	6,5	7,1
Ressarcimento: inclui danos materiais, morais, físicos, lucros cessantes e prazos	3,2	3,8	4,3
Tensão: inclui nível e variação/oscilação	3,2	3,1	2,7
Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %)			
Iluminação pública: sobre lâmpadas/luminárias, cobrança e prazos	2,4	4,8	3,5
Meio ambiente: inclui poda/corta de árvores, obras/construção	1,1	1,7	0,0
Suspensão do fornecimento: inclui reclamações sobre deficiência técnica, falta de pagamento e suspensão indevida	1,0	2,6	2,5
Programa social: sobre cadastro, universalização e prazos	0,8	2,1	1,9
Reclamações consideradas procedentes em relação aos casos finalizados	30,1	47,9	47,4

4.2.3 Qualidade técnica e continuidade dos serviços prestados: indicadores

O quadro a seguir apresenta dados da qualidade técnica dos serviços prestados e da segurança no uso final da energia no período de 2006 a 2008:

Qualidade técnica dos serviços prestados	2008	2007	2006
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): ⁽¹⁾ geral da Copel (valor apurado)	12,21	14,67	14,79
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): geral da Copel (limite)	13,20	13,70	14,26
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): ⁽²⁾ geral da Copel (valor apurado)	10,79	13,27	13,65
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): geral da Copel (limite)	12,78	13,34	13,99
Segurança do consumidor no uso final de energia	2008	2007	2006
Taxa de Gravidade - TG de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede concessionária	1.783	2.264	1.066

⁽¹⁾ O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos

⁽²⁾ O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos

4.2.4 Segurança e saúde do cliente e consumidor

A análise e o controle de riscos relativos à segurança e saúde dos empregados estão integrados a todas as etapas das atividades da Controladora, por meio de ações conjuntas das áreas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, serviço social, treinamento e meio ambiente, conforme estabelece a Política de Segurança do Trabalho.

A força de trabalho participa da identificação dos fatores que influenciam a saúde e a segurança pela participação em reuniões de segurança locais, de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPAs e de workshops, nos quais são apontados problemas específicos.

Ações de segurança e saúde para empregados contratados são disciplinadas em manual específico e integram seu contrato de prestação de serviços. A Companhia, em atendimento à legislação vigente, realiza treinamentos de capacitação da mão de obra contratada voltados à segurança do trabalho e acompanha o cumprimento de requisitos legais pertinentes pelos contratados por meio de inspeções periódicas nos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e em suas ferramentas de trabalho, revisando os padrões de procedimentos na execução de atividades em área de risco. O controle do treinamento mínimo obrigatório de trabalhos com eletricidade é realizado através de aplicativo próprio, que contém informações sobre os empregados das empreiteiras, delas próprias e dos contratos com elas firmados.

4.3 Recursos humanos

Todo o quadro próprio da Copel Distribuição é contratado por meio de concurso público com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independentemente de gênero, raça ou crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes.

4.3.1 Política salarial e benefícios

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2008. O Plano de Cargos e Salários da Copel Distribuição, reestruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Controladora é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, entre os melhores oferecidos pelo mercado.

4.4 Treinamento e desenvolvimento

A Controladora possui Comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas da Companhia, sendo responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento, como programas de pós-graduação, institucionais, participações em eventos no exterior, entre outros.

Adicionalmente, a Controladora aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentiva seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação.

4.4.1 Liberdade de associação e negociação coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Distribuição é representada nas relações de trabalho por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com todas as entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

Adicionalmente, a Companhia envida esforços no sentido de levar ao conhecimento prévio dos empregados as mudanças significativas em sua operação, sempre com a maior antecedência possível, e com a participação das entidades sindicais, quando pertinente.

4.4.2 Saúde e segurança no trabalho

Fatores que têm influência na saúde e segurança no trabalho são identificados e tratados através das seguintes ações corporativas específicas:

- Programa de Prevenção ao Risco Ambiental - PPRA;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Campanha Permanente de Segurança e Saúde “Dê Preferência à Vida”;
- Programa de Ginástica Laboral e de Condicionamento Físico;
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST;
- Aplicativo sistematizado de caça ao risco, disponível na Intranet, para registro e controle de solução decorrente de quase-acidente e de situações de riscos de acidentes em instalações internas e externas da Companhia;
- Portal de Segurança e Saúde do Trabalho, disponível na Intranet a todos os empregados próprios e contratados, para recebimento de notícias, arquivos e informações sobre saúde e segurança no trabalho;
- Programa para Regularização de Situações de Riscos na Rede Elétrica de Distribuição de Energia, voltado à correção de riscos específicos na rede de distribuição.

Adicionalmente, há gestão das atividades dos profissionais de Segurança do Trabalho, por meio

de termo de compromisso celebrado com especificação do atendimento as suas áreas pertinentes.

4.5 Desempenho setorial

No âmbito da sustentabilidade, é essencial para uma empresa de energia criar condições para que o acesso a esse serviço público seja universal. Adicionalmente ao Programa Luz para Todos, a Copel Distribuição desenvolve outros programas integrados, em parceria com os Governos Federal e Estadual, conforme apresentamos a seguir.

4.5.1 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel, através da Resolução nº 223, de 29/04/03, alterada pelas Resoluções nº 52 e 175, de 25/03/04 e 28/11/05, respectivamente, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, regulando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26/04/02, posteriormente alterada pelas Leis nºs 10.762 e 10.848, de 11/11/03 e 15/03/04, respectivamente.

Em 11/11/03, o Ministério de Minas e Energia - MME, através do Decreto nº 4.873, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público, dando prioridade de atendimento a quilombolas e outras minorias raciais; assentamentos rurais e comunidades indígenas, mediante encaminhamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e Fundação Nacional do Índio - Funai, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao período de 2006 a 2008 para atendimento da população, pela Copel Distribuição, no âmbito do programa e a origem dos recursos investidos:

Programa Luz para Todos				
		2008	2007	2006
Número de atendimentos efetuados		12.000	8.419	10.009
Origem dos recursos investidos (R\$ Mil)				
Governo Federal	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.086	12.744	12.703
	Reserva Geral de Reversão - RGR	32.066	16.992	16.937
Governo Estadual ⁽¹⁾		-	15.228	-
Próprios		55.504	5.234	62.460
Total dos recursos aplicados		92.656	50.198	92.100

⁽¹⁾ Está em curso a formalização do Termo de Compromisso e Convênio com o Governo do Estado, referente a 2008. Em 2007 foram registrados os valores correspondentes à participação de responsabilidade do Governo do Estado relativa ao período de 2006/2007.

Outras informações sobre o programa encontram-se na NE 17.b.

Em 2008, a Aneel reconheceu oficialmente o cumprimento pela Copel Distribuição das metas de

universalização estabelecidas.

4.5.2 Criação de postos tarifários para a classe rural

Tendo em vista o elevado consumo de outros energéticos na área rural, notadamente pela classe de avicultores, a Copel Distribuição institucionalizou a Tarifa Rural Noturna, com aplicação da mesma tarifa dos consumidores irrigantes para os da classe rural, atendidos em baixa tensão, com o objetivo de substituir tais energéticos pela energia elétrica, sem necessidade de investimentos adicionais na rede de distribuição, e estimular o aumento do consumo da eletricidade no horário da madrugada, contribuindo, em contrapartida, para a melhoria do meio ambiente.

4.5.3 Programa Luz Legal

O Programa Luz Legal, de caráter social, foi implementado em dezembro de 2003, através de convênio entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Controladora, com o objetivo de regularizar o uso da energia elétrica em comunidades residentes em áreas de invasão, melhorando suas condições de cidadania e proporcionando segurança no uso da energia.

A Cohapar responsabiliza-se pela seleção das comunidades e regularização dos terrenos ocupados de forma irregular e a Controladora, na sequência, pela extensão de redes de distribuição de energia, quando necessário, e construção das entradas de serviço para medição da energia utilizada, as quais podem ser parceladas em 24 vezes sem juros e correção monetária, por meio da nota fiscal da fatura de energia. No período de 2003-2008, foram atendidos 3.942 unidades consumidoras.

4.5.4 Programa Baixa Renda

O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/04/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando, entre outros, garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda. A Aneel, por sua vez, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda.

Tal Programa, assim, em parceria com o Governo Federal, possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo de até 80 kWh e entre 80 kWh a 220 kWh/mês usufruam de desconto na tarifa de energia, que pode chegar a 65%. A tabela a seguir apresenta o histórico de atendimento a consumidores de baixa renda de 2006 a 2008:

Tarifa baixa renda	2008	2007	2006
Número de domicílios atendidos como "baixa renda" (*)	722.764	745.956	784.477
% do total de domicílios "baixa renda" no âmbito do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (**)	25,97	27,49	29,15

(*) média mensal

(**) Valor recalculado para 2006 e 2007, considerando a totalidade da classe residencial (Residencial + Baixa Renda)

4.5.5 Programa Luz Fraterna

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 100 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais com ligação monofásica ou bifásica de até 50 ampères têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado.

Apresentamos a seguir o total de consumidores beneficiados pelo Luz Fraterna de 2006 a 2008:

Programa Luz Fraterna	2008	2007	2006
nº de consumidores beneficiados	237.596	255.361	250.765

4.5.6 Programa de Irrigação Noturna

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, o Programa tem por objetivo incentivar aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite - que varia de 60 a 70% no período de 21h30min às 6h - para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria de qualidade de vida do produtor rural, enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Em 2008, 868 agricultores foram beneficiados pela tarifa especial de irrigação.

4.5.7 Programa de Avicultura Noturna

O Programa, implementado por Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, tem por objetivo incentivar os avicultores paranaenses, cadastrados como consumidores rurais do Grupo B, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30min e 6h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção e exportação da carne de frango no Estado do Paraná. Em 2008, 2.350 avicultores foram beneficiados pela tarifa especial.

4.5.8 Programa de Desenvolvimento da Distribuição - PDD

O Programa de Desenvolvimento da Distribuição - PDD implica no comprometimento em investir R\$1,3 bilhão, em 4 anos, na expansão, melhoria e renovação do sistema. Parte destes recursos já foram aplicados em 2008 através dos programas de obras nos sistemas de baixa, média e alta tensão. Nos sistemas de baixa e média tensão foram realizadas 16.784 obras, ligando mais de 86 mil novos consumidores e permitindo a expansão do sistema em aproximadamente 2.000 km. Quanto aos investimentos no sistema de alta tensão, foram acrescentadas ao ativo da empresa 3 novas subestações e 216 km de linhas de transmissão de 69 kV e 138 kV.

4.5.9 Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, acordado com a Aneel, resultou no investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões e mais de 290 obras de melhorias do sistema de distribuição, realizadas ao longo de 2008.

4.6 Programa de Eficiência Energética - PEE

A Copel Distribuição desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público; com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, tais como iluminação, força motriz, refrigeração e condicionamento de ar.

Por meio de “vans de eficiência energética” - centros móveis de aprendizagem interativa sobre o uso eficiente da energia elétrica, adaptados com recursos pedagógicos de última geração, com fundamento nos parâmetros curriculares nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, são difundidos conceitos do uso eficiente da energia, contribuindo para a mudança de hábitos dos consumidores, com vistas ao combate ao desperdício da energia elétrica. Em 2008, 92 eventos foram realizados, abrangendo um público de 36.000 pessoas.

Neste ano, os recursos aplicados contemplaram a melhoria de eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, entidades filantrópicas/assistenciais, prédios públicos (municipal, estadual e federal), indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais.

5. DESEMPENHO AMBIENTAL

5.1 Gestão ambiental

No âmbito do modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade, a Controladora busca o alinhamento dos esforços para garantir atendimento aos resultados econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável.

Nesse contexto, as ações corporativas são realizadas pela Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial recém criada, que realiza ações pontuais, através de grupos de trabalhos matriciais, distribuídos nas esferas:

- Institucional: para integrar processos de forma sistêmica e realizar representação institucional;
- Legal: para direcionar processos internos proativamente, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental;
- de Sustentabilidade: para alinhar o tripé de sustentabilidade da Companhia, relativamente às áreas ambiental, social e econômica, a seu referencial estratégico; e
- de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Ciência & Tecnologia e Inovação (C&T): para direcionar processos internos da Companhia à sustentabilidade, com vistas à busca de novas fontes de energias renováveis para diversificação da matriz energética e de tecnologias mitigadoras de impactos socioambientais.

5.2 Políticas de atuação em áreas de preservação ambiental

Conforme a Resolução Aneel nº 456/2000, a Controladora não realiza ligações de energia elétrica em áreas de proteção ambiental, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Os órgãos ambientais têm papel relevante nesse sentido, visto que são consultados pela Companhia previamente à execução da ligação solicitada naquelas áreas, sendo-lhes também requerido anuência para ligação de energia em unidades com atividades consideradas potencialmente poluidoras, conforme determina a legislação vigente e orientações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Para ligações de energia elétrica em imóveis pertencentes à União na região litorânea do Paraná, é solicitada anuência da Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU, o que dificulta a ocorrência de ocupações irregulares.

Em 2008, a Controladora negociou acordo de cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema e com os Municípios de Pontal do Paraná e Guaratuba, tendo como objetivo a conservação e preservação dos remanescentes das restingas do litoral paranaense. O acordo, já aprovado pela Diretoria da Controladora, aguarda aprovação da Aneel, a qual, ocorrendo, possibilitará que a Companhia disponibilize 5.100 metros de postes de eucalipto inservíveis para transformação em toretes e posterior instalação, pelas prefeituras municipais envolvidas, ao longo das restingas ameaçadas pelo intenso tráfego de pessoas e veículos, permitindo sua regeneração natural.

5.2.1 Programa socioambiental de arborização urbana

Programa que visa auxiliar as prefeituras em sua adequada gestão da arborização, prover segurança e mitigar os impactos causados pelas podas de árvores. Ao reduzir os conflitos entre as redes de distribuição de energia e a arborização urbana, a Copel Distribuição busca maximizar os benefícios tanto desta quanto da energia. Adicionalmente, tal ação reduz os riscos de acidentes e melhora a continuidade do fornecimento de energia, incentivando gestão mais profissional da arborização urbana pelas prefeituras municipais.

Em 2008, filiamo-nos à Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - BAU e à *International Society of Arboriculture - ISA*, visando prospectar técnicas mais modernas na gestão da arborização urbana para inclusão em seus processos e difusão aos municípios de sua área de concessão.

5.2.2 Tecnologias de redes de distribuição de energia

Para um convívio harmonioso da vegetação com as redes de energia elétrica, em locais com densa arborização ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel Distribuição adota tecnologias alternativas em substituição às redes aéreas convencionais, que já representam 22,9 % total de redes de distribuição urbana e 0,5% do total de redes de distribuição rurais.

No âmbito destas tecnologias alternativas, há as Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDCs, que são preferencialmente utilizadas em áreas urbanas arborizadas ou com perspectiva futura de arborização, visto que minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores. Já as Redes de Distribuição Secundária Isolada - RSIs são, desde 2004, adotadas como padrão único construtivo para as redes de distribuição de energia em baixa tensão. A isolamento e compactação dos condutores permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem o risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. A RSI mitiga o impacto da distribuição de energia na flora e na fauna, reduzindo as necessidades de poda e os acidentes com aves ou macacos, por exemplo.

5.3 Educação Ambiental

A Copel Distribuição promove a Educação Ambiental por meio do Programa Corporativo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, voltado para o público interno, e por meio de ações abrangentes que envolvem as demais partes interessadas.

Perante a comunidade, a Copel Distribuição realiza ações através:

1) da Campanha de Verão, que ocorre desde 2000 no litoral do Estado e que contempla, entre muitas atividades:

- palestras educativas em campanha intitulada “Eu cuido do meio ambiente”, por meio da qual técnicos voluntários da Companhia percorrem os Centros de Valorização Municipais promovendo mudança de atitude entre as crianças, que recebem, após as palestras realizadas, o “kit-escola”, contendo cartilha, régua, jogo da memória e álbum de figurinhas, materiais que ajudam a fixar o tema, visto que são manuseados durante todo o ano letivo. No verão 2007/2008, foram realizadas palestras em Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, alcançando mais de 400 pequenos cidadãos. Os trabalhos têm o apoio dos estudantes de cursos de Turismo que atuam como promotores e multiplicadores da Copel Distribuição na Operação Viva o Verão. Esta ação integra o acordo de cooperação entre a Companhia, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e os municípios de Pontal do Paraná e Guaratuba, para conservação e preservação dos remanescentes das restingas do litoral.
- distribuição de kit a veranistas contendo informações sobre a Companhia e os serviços prestados e sacolas retornáveis;
- peças teatrais especialmente voltadas para as crianças, com destaque para assuntos atuais como reciclagem e cidadania, apresentados de forma lúdica.

2) de eventos diversos, tendo sido realizados em 2008: **a)** pela área ambiental da Distribuição, quatro eventos externos em escolas, alcançando 296 pessoas (alunos de 4ª e 5ª séries) em 20 horas de treinamento; **b)** nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPATs, três palestras, atingindo público total de 90 pessoas e 3,5 horas de treinamento; **c)** em face da expertise da Companhia no manejo da arborização urbana, palestras técnicas no *Seminário Estadual de Acessibilidade e Arborização Urbana*, em Curitiba - PR, promovido pelo CREA - PR, e no *II Seminário sobre Manejo de Vegetação sob Linhas de Distribuição*, em Belo Horizonte - MG, promovido pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Junto à força de trabalho contratada, a Companhia desenvolve ações de educação ambiental relacionadas à manutenção (poda e roçadas) de linhas de distribuição de energia. Em 2008, foram realizados 10 eventos, que atingiram um público de 138 pessoas em 38 horas de curso.

Em novembro de 2007, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDU e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, passamos a ministrar o curso “Árvore certa no lugar certo”, iniciativa integrada ao Programa Estadual de Qualificação de Servidores Municipais. O curso tem por objetivo capacitar gestores e servidores municipais na implantação e manejo da arborização urbana, sendo também aberto à comunidade. Os benefícios para a Companhia, município e sociedade são traduzidos na melhoria da segurança, qualidade de vida e no respeito à legislação.

Por meio dele é possível disseminar de forma prática e rápida conhecimentos básicos sobre o assunto, suprimindo lacuna conceitual e técnica dos aspectos relativos à arborização de ruas, ainda incipiente nos cursos técnicos e de graduação. Com esta ação, a Companhia busca aumentar a eficácia de suas ações dentro do Programa de Responsabilidade Socioambiental de Arborização Urbana, alavancando a formação de convênios para substituição de árvores e convênios de poda, atuando, por conseguinte, em uma das maiores causas dos índices DEC/FEC.

Em 2008, foram treinados 309 participantes de 123 municípios. Face aos excelentes resultados do evento (avaliação e interesse das prefeituras em firmar convênio com a Companhia), em 2009 esta parceria será estendida a outras associações de municípios do Estado do Paraná. Verifica-se que as discussões têm estimulado as prefeituras a estruturar seus corpos técnicos e a repensar a arborização municipal. Com esta parceria, além de atender interesses estratégicos e operacionais, reforçamos nosso comprometimento com programas ambientais e educacionais no Estado do Paraná.

5.4 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2008 em projetos voltados à aquisição de novas tecnologias e o aporte de conhecimento técnico que fundamenta as decisões gerenciais e o desenvolvimento de novos programas. Estas competências adquiridas e incorporadas alinham-se às estratégias organizacionais como forma de materialização da sustentabilidade na Controladora. Neste âmbito, destacamos os seguintes estudos:

- óleos ecológicos: desde 2005, a Companhia desenvolve projetos de avaliação do desempenho de transformadores de distribuição e reguladores de tensão utilizando óleos vegetais como girassol, soja, arroz e mamona. São avaliadas e definidas características mínimas necessárias para garantir a mesma suportabilidade e expectativa de vida útil dos equipamentos isolados com óleo mineral. Tal avaliação tem sido realizada através de ensaios de envelhecimento acelerado dos óleos vegetais em escala laboratorial; preenchimento de transformadores e reguladores de tensão com óleo vegetal; pesquisas para medição de perdas em vazio e em curto circuito e elevação de temperatura; análises físico-químicas de óleo vegetal novo e após ensaios.

Em 2008, foram instalados novos equipamentos em redes de distribuição e subestações para acompanhamento e avaliação de desempenho. Com o intuito de avaliar o impacto ambiental de vazamentos de óleo vegetal, análises laboratoriais de biodegradação de óleos vegetais em solo e água foram conduzidas. Desde 2006, foram investidos R\$ 1.210,8 mil em projetos de pesquisa, sendo que, deste valor, R\$ 701,7 mil foram aplicados em 2008;

- minimização dos custos de manutenção sob linhas de distribuição, tendo o projeto sido desenvolvido, pelo Lactec, para avaliar possibilidades de uso múltiplo das áreas de servidão sob as linhas de distribuição. Tal estudo considerou as variáveis ambientais, econômicas, de saúde e de segurança dos empregados envolvidos, estabelecendo comparativo entre a roçada convencional (testemunha) e o plantio de espécies nativas de baixo crescimento e de espécies agrícolas. Finalizado em 2008, o projeto servirá de subsídio para implementação de ações diferenciadas de manejo da vegetação sob as linhas de distribuição;
- biorremediação de áreas contaminadas por óleo mineral isolante, tendo a metodologia de descontaminação do solo sido desenvolvida para a realização de projetos-piloto de recuperação ambiental de áreas contaminadas. O processo envolve uso de bactérias que utilizam hidrocarbonetos em seu ciclo, transformando-os em substâncias sem toxicidade, descontaminando, assim, a área atingida, o qual, devido ao ineditismo, foi apresentado no Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - Sendi em 2008. Desde 2006, foram investidos R\$ 1.752,6 mil em projetos de pesquisa, tendo R\$ 221,1 mil sido aplicados em 2008.

5.5 Emissões, efluentes e resíduos

5.5.1 Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa

Desde sua implementação em 2007, o Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa teve como resultados principais: **a)** diagnóstico detalhado da situação da frota da Copel Distribuição a partir de informações disponíveis; **b)** participação em eventos e representação em diversos grupos de trabalho; **c)** disseminação em empresas e centros de pesquisa interessados no tema; e **d)** diagnóstico de programas e projetos da Distribuição e de outras áreas corporativas da Companhia.

Em 2008, houve intensa discussão sobre o inventário de emissões de gases do efeito estufa, com vistas à definição de metodologia mais adequada à condução das atividades pertinentes ao Programa. A Controladora decidiu, de forma compartilhada com grupo de empresas nacionais, adaptar a ferramenta do Programa Brasileiro “GHG Protocol” (Greenhouse Gás Protocol - GHG Protocol), lançada em maio/2008 no Brasil, para incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa, como metodologia

que fundamentará ações na área.

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia é adquirida com prioridade para os modelos que utilizam álcool como combustível. Quando necessária a aquisição de modelo a diesel, procura-se verificar atendimento às exigências legais quanto à emissão de poluentes, sendo os empregados condutores de veículos na Companhia treinados quanto à importância de manutenções operativas, preventivas e corretivas, principalmente no que tange ao catalisador e ao sistema de escapamento, para controle da emissão de poluentes.

Apresentamos, a seguir, dados de emissões de CO₂ pela frota própria da Copel Distribuição no período de 2006 a 2008.

Gerenciamento de emissões de CO₂ pela Copel						
Emissões de CO₂ pela frota própria ⁽¹⁾						
Combustível	2008		2007		2006	
	Quantidade	Emissão CO₂ (t)	Quantidade	Emissão CO₂ (t)	Quantidade	Emissão CO₂ (t)
Gasolina (L)	1.198.424	2.601	2.207.452	4.790	2.771.786	6.015
Álcool (L)	803.496	1.109	315.612	435	147.735	204
Gás Natural (m ³)	0	0	0	0	3.950,0	8
Diesel (L)	3.877.195	10.158	3.338.119	8.746	3.093.454	8.105
Total	5.879.115	13.868	5.861.183	13.971	6.016.925	14.332

⁽¹⁾ Obs. O cálculo de emissão de CO₂ foi realizado considerando: gasolina (BR c/22% de etanol) =2,17KgCO₂/litro; álcool = 1,38 KgCO₂/litro; gás natural = 1,96 KgCO₂/m³; e diesel = 2,62 Kg CO₂/litro.

5.5.2 Resíduos

Na Copel Distribuição, o encaminhamento dado aos resíduos perigosos, classe I, visa evitar possíveis impactos socioambientais negativos.

O óleo mineral isolante usado é tratado internamente nas unidades de regeneração das regionais e em plantas móveis que realizam a regeneração em transformadores energizados. Em 2008, foram regenerados e reutilizados cerca de 270,7 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Resíduos contaminados com óleo mineral isolante são encaminhados para co-processamento, método seguro pelo qual eles são eliminados sob altas temperaturas em fornos de clínquerização.

Demais resíduos perigosos são encaminhados para destinação final por empresas devidamente habilitadas e licenciadas.

Resíduos não perigosos, classes IIA e IIB, são reutilizados internamente ou alienados em licitação pública considerando sua destinação para reciclagem e reaproveitamento.

Os medidores retirados de unidades consumidoras e os transformadores retirados da rede de distribuição passam por processos de triagem e avaliação interna quanto à viabilidade técnica de reuso. Pequenos reparos são realizados internamente, sendo encaminhados para empresas especializadas em recuperação aqueles cuja necessidade técnica demanda maiores reparos e troca de peças. Na etapa seguinte, os medidores são encaminhados ao posto de ensaios autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro existente na Copel Distribuição, onde são realizados ensaios metrológicos e verificação técnica para serem liberados e reutilizados. Em 2008, foram recuperados cerca de 63,2 mil medidores, sendo de aproximadamente 97,8% o índice de recuperação de medidores danificados e retirados das instalações consumidoras.

A tabela a seguir apresenta dados de resíduos tratados e destinados pela Copel Distribuição de 2006 a 2008:

Resíduos tratados e destinados					
Resíduo	Unidade	Quantidade			Método de tratamento/ disposição final
		2008	2007	2006	
Resíduos Classe I					
Ascarel ⁽¹⁾	t	-	-	16,14	descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos. Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados.
Baterias chumbo-ácido	un	-	-	3.141	reciclagem
Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas)	pç	234.329	-	68.000	desmercurização e reciclagem
Óleo mineral isolante	l	270.687	300.027 ⁽²⁾	237.099 ⁽²⁾	regeneração
Resíduos contaminados com óleos e solventes	t	-	25,34 ⁽³⁾	-	co-processamento em fornos de indústrias de cimento
Transformadores com óleo mineral isolante	pç	1.709	3.620	1.528	recuperação e reutilização interna
		5.963	6.595	4.042	venda através de licitação pública para reciclagem e/ou reaproveitamento
Resíduos Classe IIA e IIB					
Medidores	pç	63.229	ND	ND	recuperação e reutilização interna
Papel	kg	151.314	143.610	135.870	reciclagem

⁽¹⁾ Resíduos enquadrados nos termos da Convenção de Basileia: encaminhamento realizado por empresa contratada (licitação) para transporte e destinação final dentro do país.

⁽²⁾ Houve arredondamento nos dados informados em 2006 e 2007, cujo total está corrigido nesta tabela.

⁽³⁾ Valor corrigido em relação ao anteriormente informado.

Obs: A Companhia adota como evidência comprobatória, o documento fiscal de saída do resíduo (RMS, manifesto ou nota fiscal) emitido por ocasião do encaminhamento de cada resíduo.

5.6 Licenciamentos ambientais

Os técnicos florestais nas unidades regionais de distribuição atuam na orientação de licenciamento das atividades de projeto e manutenção de redes de distribuição. Os licenciamentos ambientais são efetuados conforme a legislação vigente, reduzindo os riscos de autuações e

melhorando a qualidade ambiental dos trabalhos executados.

O impacto ambiental das atividades de distribuição de energia não apresenta grau significativo em escala regional. Pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados para o Paraná, o possível impacto pode ser considerado muito pouco significativo, o que justifica os órgãos ambientais não exigirem estudos detalhados de impacto ambiental para atividades de distribuição de energia. Para as linhas de 69 kV e 138 kV, o licenciamento é obtido por meio de Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Já para os ativos de até 34,5 kV, ele é obtido por meio de autorização ambiental e autorização florestal, quando necessário.

5.7 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais

A Copel Distribuição acompanha permanentemente todas as multas, termos de compromissos e notificações ambientais recebidos, por meio de sistema de gestão que possibilita, além do cumprimento das obrigações legais, redução dos valores de multas administrativas impostas, bem como minimização de riscos de enquadramentos criminais de empregados e gestores.

Em 2008, houve três ocorrências, sendo que apenas uma delas com imposição de multa administrativa. Para evitar novas ocorrências relacionadas com poda de árvores sob linhas de distribuição e transmissão, realizamos treinamentos voltados para os colaboradores que atuam na área, visando adequar os procedimentos às necessidades da Companhia e à legislação ambiental vigente, tendo sido criado grupo de trabalho, com participação de técnicos da Controladora e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, para discussão sobre o manejo da vegetação no município de Curitiba.

Apresentamos, a seguir, tabela descritiva de multas e notificações ambientais recebidas na Companhia em 2008:

Nº	Tipo	Data	Local	Original (R\$ mil)	Pago	Descrição
1	multa	agosto/2008	Curitiba	128	em recurso	multa aplicada pela poda de 64 árvores em bem público, tendo a Companhia autorização específica. Processo encontra-se em recurso, o qual ainda está sendo analisado pela SMMA
2	notificação	janeiro/2008	Curitiba	sem multa	sem multa	notificação para execução de roçada e limpeza de resíduos em área administrativa, provenientes da vizinhança
3	notificação	agosto/2008	Curitiba	sem multa	sem multa	falta de recolhimento de resíduos de poda de árvores até 48 horas após a execução. Caso resolvido sem a aplicação de multa.

Na área de distribuição de energia da Companhia, há ainda oito casos em recurso, que poderão resultar no desembolso de R\$ 321,2 mil. A Companhia tem envidado esforços para redução dos valores de multas impostos, com a proposição de projetos de recuperação ambiental e defesa administrativa, sempre elaborada em conjunto com a Diretoria Jurídica da Companhia. Apenas um dos casos ainda em andamento, referente à roçada sem autorização ambiental no Parque Municipal das Pontes, em Araucária - PR, possuiu projeto de recuperação ambiental em andamento em 2008, cuja ação poderá resultar em redução de até 90% do valor da multa administrativa imposta.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

		2008				2007			
1 - BASE DE CÁLCULO									
NE 28 e									
29	Receita Líquida - RL	3.765.918				3.551.935			
	Resultado (ou Lucro) Operacional - RO	732.026				820.609			
NE 30 -c	Folha de Pagamento Bruta - FPB	441.298				375.422			
	Valor Adicionado Total - VAT	3.772.933				3.613.998			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS									
		% Sobre:			% Sobre:				
			FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	44.589	10,1	1,2	1,2	39.150	10,4	1,1	1,1
NE 30-c	Encargos sociais compulsórios	107.479	24,5	2,9	2,9	90.922	24,2	2,5	2,6
NE 22	Plano previdenciário	16.071	3,6	0,4	0,4	(49.992)	(13,3)	(1,4)	(1,4)
NE 22	Saúde (Plano assistencial)	16.288	3,7	0,4	0,4	55.436	14,8	1,6	1,5
	Segurança e medicina no trabalho	2.585	0,6	0,1	0,1	2.611	0,7	0,1	0,1
	Educação	1.931	0,4	0,1	0,1	1.534	0,4	-	-
	Cultura	533	0,1	-	-	586	0,2	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	7.713	1,7	0,2	0,2	5.413	1,4	0,2	0,1
	Auxílio creche	430	0,1	-	-	403	0,1	-	-
NE 30-c	Participação nos lucros e/ou resultados	45.580	10,3	1,2	1,2	37.126	9,9	1,0	1,0
(1)	Outros benefícios	813	0,2	-	-	5.911	1,6	0,2	0,2
	Total	244.012	55,3	6,5	6,5	189.100	50,4	5,3	5,2

(continuação)		2008			2007				
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
NE 30-g	Cultura (Lei Rouanet)	2.202	0,3	-	0,1	2.452	0,3	-	0,1
	Saúde e saneamento	93.123	12,7	2,5	2,4	23.190	2,8	0,7	0,6
	Programa Luz para Todos	87.570	12,0	2,4	2,3	22.226	2,6	0,7	0,6
	Programa Tarifa Noturna	5.282	0,7	0,1	0,1	422	0,1	-	-
	Outros programas	271	-	-	-	542	0,1	-	-
	Outros	594	0,1	-	-	957	0,1	-	-
NE 30-g	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	580	0,1	-	-	949	0,1	-	-
	Outros	14	-	-	-	8	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	95.919	13,1	2,5	2,5	26.599	3,2	0,7	0,7
	Tributos (excluídos encargos sociais)	2.559.015	349,6	68,0	67,8	2.487.130	303,1	70,0	68,8
	Total	2.654.934	362,7	70,5	70,3	2.513.729	306,3	70,7	69,5
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	104.390	14,3	2,8	2,8	94.508	11,5	2,7	2,6
	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	28.915	4,0	0,8	0,8	55.411	6,8	1,6	1,5
	Gestão de resíduos	896	0,1	-	-	902	0,1	-	-
	Rede Compacta ou Linha Verde	74.332	10,2	2,0	2,0	38.069	4,6	1,1	1,1
	Programas de proteção de Fauna e Flora	247	-	-	-	126	-	-	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	43	-	-	-	55	-	-	-
	Educação Ambiental	0	-	-	-	55	-	-	-
	Outros programas	43	-	-	-	0	-	-	-
	Total	104.433	14,3	2,8	2,8	94.563	11,5	2,7	2,6
	Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				

NE - Nota Explicativa

	2008			2007		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Empregados no final do período	6.508			6.476		
Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	2.376	1.711	665	2.248	1.607	641
Total 2º Grau	3.702	3.257	445	3.791	3.323	468
Total 1º Grau	430	400	30	437	407	30
Faixa etária dos empregados(as):						
Abaixo de 30 anos	1.598			1.548		
De 30 até 45 anos (exclusive)	2.723			2.956		
Acima de 45 anos	2.187			1.972		
Admissões durante o período	370			495		
Mulheres que trabalham na empresa	1.140			1.139		
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres	3,2			2,5		
em relação ao nº total de gerentes	12,5			10,8		
Negros(as) que trabalham na empresa	689			662		
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)	2,6			2,7		
em relação ao nº total de gerentes	6,3			6,9		
Portadores(as) de necessidades especiais	55			37		
Dependentes	15.306			14.828		
Estagiários(as)	409			851		
Terceirizados	4.306			1.263		

	2008	Metas	2009
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27		27
Número total de Acidentes de Trabalho	194		< 161
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências		direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT		incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos		serão exigidos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva		organizará e incentivará

(continuação)	2008	Metas	2009
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			
na empresa	111.027		108.642
no Procon	273		267
na Justiça	2.012		1.969
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			
na empresa	100,0%		100,0%
no Procon	85,0%		87,0%
na Justiça	21,4%		35,0%
% da representatividade das reclamações e críticas de consumidores(as) em relação ao total de unidades consumidoras:			
na empresa	3,15%		2,99%
no Procon	0,08%		0,07%
na Justiça	0,06%		0,05%
	2008		2007
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :			
Financiadores	4,8%		3,5%
Pessoal	10,8%		9,6%
Governo	70,0%		70,8%
Acionistas	4,4%		4,7%
Retido	10,0%		11,4%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) O item Outros benefícios é composto por: Indenizações trabalhistas, Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e morte acidental.

• As notas explicativas - NE - são parte integrante das demonstrações contábeis.

• A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 76.483.817/0001-20.

• Em 30/11/07, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 1.120, de 27/11/07, a Copel Transmissão foi cindida e incorporada pela Copel Geração e Transmissão e pela Copel Distribuição. Nesse exercício, somente as despesas de dezembro da Copel Transmissão foram apropriadas. Por isso, em 2008, houve aumento significativo nas despesas da Copel Geração e Transmissão e na Copel Distribuição, já que a apropriação ocorreu em todos os meses.

• A Copel não utiliza mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

• Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

• Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com

7. AGRADECIMENTOS

7.1 Mensagem de Agradecimento

Ao reconhecermos que o bom desempenho obtido pela Copel Distribuição neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, expressamos nossos agradecimentos à Controladora, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente a nossos empregados que por seu empenho e dedicação têm transformado a Copel Distribuição numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	2008	2007
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	354.286	314.549
Consumidores e revendedores	7	814.301	901.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(55.092)	(67.874)
Serviços em curso		54.224	43.895
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	9	47.133	40.509
Impostos e contribuições sociais	10	141.399	167.393
Conta de compensação da "parcela A"	11	111.098	67.614
Outros ativos regulatórios	12	31.511	17.186
Cauções e depósitos vinculados	13	37.208	24.244
Estoques	14	48.150	44.673
Outros créditos	15	19.504	30.353
		1.603.722	1.583.595
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores e revendedores	6	81.855	127.121
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	9	1.272.770	1.209.853
Impostos e contribuições sociais	10	241.987	219.205
Conta de compensação da "parcela A"	11	53.494	25.478
Outros ativos regulatórios	12	11.085	5.729
Cauções e depósitos vinculados	13	37.868	22.423
Depósitos judiciais	16	64.698	58.186
Outros créditos	15	4.709	5.681
		1.768.466	1.673.676
Investimentos		2.474	2.428
Imobilizado	17	2.081.585	1.870.602
Intangível	18	27.423	26.954
		3.879.948	3.573.660
TOTAL DO ATIVO		5.483.670	5.157.255

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais
 levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº		
		2008	2007
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	19	14.313	15.771
Fornecedores	20	415.006	321.545
Impostos e contribuições sociais	10	206.295	171.217
Dividendos a pagar		141.100	178.319
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	21	109.161	99.788
Benefícios pós-emprego	22	15.106	31.569
Conta de compensação da "parcela A"	11	28.327	143.436
Outros passivos regulatórios	12	14.512	21.765
Encargos do consumidor a recolher	23	39.575	28.752
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	93.506	149.987
Outras contas a pagar	25	47.174	50.943
		1.124.075	1.213.092
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	19	153.326	111.553
Provisões para contingências	26	191.483	147.606
Coligadas e controladas	34	597.227	683.052
Impostos e contribuições sociais	10	20.869	12.043
Benefícios pós-emprego	22	278.005	290.421
Conta de compensação da "parcela A"	11	2.373	22.330
Outros passivos regulatórios	12	7.257	7.255
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	66.755	-
Outras contas a pagar	25	15	5.992
		1.317.310	1.280.252
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27		
Capital social		2.171.928	2.171.928
Reservas de lucros		870.357	491.983
		3.042.285	2.663.911
TOTAL DO PASSIVO		5.483.670	5.157.255

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL	28		
Fornecimento de energia elétrica		2.804.767	2.582.762
Suprimento de energia elétrica		60.722	76.221
Disponibilidade da rede elétrica		3.330.176	3.207.601
Outras receitas operacionais		68.392	62.991
		6.264.057	5.929.575
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	29	(2.498.139)	(2.377.640)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.765.918	3.551.935
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica	30		
Energia elétrica comprada para revenda		(1.763.470)	(1.421.574)
Encargos de uso da rede elétrica		(366.561)	(548.598)
		(2.130.031)	(1.970.172)
Custo de operação	30		
Pessoal		(384.158)	(313.356)
Planos previdenciário e assistencial		(23.158)	1.858
Material		(36.151)	(36.782)
Serviços de terceiros		(129.719)	(103.330)
Depreciação e amortização		(158.816)	(154.496)
Outros custos de operação		2.585	5.408
		(729.417)	(600.698)
Custo do serviço prestado a terceiros	30		
Pessoal		(62)	(9)
Material		(942)	(832)
Serviços de terceiros		(384)	(425)
Outros custos do serviço prestado a terceiros		-	3.138
		(1.388)	1.872
		(2.860.836)	(2.568.998)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		905.082	982.937
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	30		
Despesas com vendas		(31.279)	(9.721)
Despesas gerais e administrativas		(177.078)	(205.603)
Outras receitas (despesas), líquidas		(85.147)	(64.514)
		(293.504)	(279.838)
RESULTADO DO SERVIÇO		611.578	703.099
RESULTADO FINANCEIRO	31		
Receitas financeiras		300.551	256.390
Despesas financeiras		(180.103)	(138.880)
		120.448	117.510
RESULTADO OPERACIONAL		732.026	820.609
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		732.026	820.609
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10		
Imposto de renda e contribuição social		(100.483)	(246.293)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(87.169)	7.144
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		544.374	581.460
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	27	0,2506	0,2677

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	NE n ²	1.607.168	9.997	72.121	-	1.689.286
Aumento de capital social		564.760	-	-	-	564.760
Lucro líquido do exercício		-	-	-	581.460	581.460
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	27.b	-	29.073	-	(29.073)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(110.716)	(110.716)
Dividendos		-	-	-	(60.879)	(60.879)
Reserva para investimentos	27.b	-	-	380.792	(380.792)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007		2.171.928	39.070	452.913	-	2.663.911
Lucro líquido do exercício		-	-	-	544.374	544.374
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	27.b	-	27.219	-	(27.219)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(166.000)	(166.000)
Reserva para investimentos	27.b	-	-	351.155	(351.155)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008		2.171.928	66.289	804.068	-	3.042.285

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		544.374	581.460
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8	10.272	(6.026)
Depreciação	17.d	173.946	168.721
Amortização de intangíveis	18.a	2.135	2.659
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	-	(108.155)	(70.098)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	87.169	(7.144)
Variações na conta de compensação da "parcela A" - líquidas	11	(204.425)	797
Variações em outros ativos e passivos regulatórios - líquidas	12	(26.932)	22.949
Repactuação de contratos - Cien	-	-	(62.862)
Provisões no passivo não circulante	26	65.028	40.014
Baixas de imobilizado - líquidas	-	10.709	16.370
Baixas de intangível - líquidas	-	456	72
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e revendedores	-	109.249	(153.493)
Serviços em curso	-	(10.329)	(31.573)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	9	120.048	111.267
Impostos e contribuições sociais	-	(51.111)	3.378
Cauções e depósitos vinculados	-	(12.191)	9.470
Depósitos judiciais	-	(9.613)	(2.956)
Estoques	-	(3.477)	(12.340)
Outros créditos	-	12.052	1.597
Aumento (redução) dos passivos			
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	-	(15.750)	(7.849)
Debêntures - juros pagos	-	-	(70.385)
Fornecedores	-	93.461	(13.692)
Impostos e contribuições sociais	-	11.058	14.263
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	-	9.373	17.226
Benefícios pós-emprego	-	(28.879)	(63.822)
Encargos do consumidor a recolher	-	10.823	(19.014)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	(2.091)	16.705
Outras contas a pagar	-	(23.545)	(12.533)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		763.655	473.161

(continua)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado	17.d	(495.197)	(379.186)
Adições no intangível	18.a	(2.464)	(929)
Participação financeira dos consumidores	17.d	84.411	47.919
Venda de imobilizado	-	10.255	429
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(402.995)	(331.767)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos junto a partes relacionadas	-	-	622.082
Empréstimos obtidos junto a terceiros	19	32.512	16.992
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal	-	(9.466)	(12.046)
Debêntures - amortização do principal	-	-	(584.418)
Contrato de mútuo com a Controladora - amortização de principal	-	(140.750)	-
Integralização de capital social	-	-	43.880
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(203.219)	(46.189)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(320.923)	40.301
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		39.737	181.695
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	314.549	132.854
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	354.286	314.549
Variação no caixa e equivalentes de caixa		39.737	181.695

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2008	2007
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas	28	6.264.057	5.929.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.f	10.288	(6.019)
Outros resultados operacionais		(6.942)	(11.431)
Total		6.267.403	5.912.125
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	30.a	1.931.223	1.567.291
Encargos de uso da rede elétrica	30.b	342.429	582.097
Material, insumos e serviços de terceiros		258.651	233.378
Encargos de capacidade emergencial e Proinfa		67	92
Outros insumos		86.570	17.922
Total		2.618.940	2.400.780
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		3.648.463	3.511.345
(-) Depreciação e amortização		176.081	171.380
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		3.472.382	3.339.965
(+) Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas	31	300.551	274.033
Total		300.551	274.033
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		3.772.933	3.613.998

Demonstração do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2008		2007	
			%		%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	30.c	334.300		284.748	
Planos previdenciário e assistencial	22	27.464		1.646	
Auxílio alimentação e educação	30.c	37.590		32.397	
Encargos sociais - FGTS		23.937		20.040	
Indenizações trabalhistas (reversões)	30.c	(658)		4.761	
Participação nos lucros e/ou resultados	30.c	45.580		37.126	
Transferências para imobilizado em curso	30.c	(61.909)		(33.425)	
Total		406.304	10,8	347.293	9,6
Governo					
Federal		1.122.561		1.125.627	
Estadual		1.518.908		1.431.391	
Municipal		1.087		994	
Total		2.642.556	70,0	2.558.012	70,8
Financiadores					
Juros e multas		171.458		120.229	
Arrendamentos e aluguéis	30.g	8.241		7.003	
Total		179.699	4,8	127.232	3,5
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	27.b	166.000		110.716	
Dividendos propostos	27.b	-		60.879	
Lucros retidos na empresa		378.374		409.866	
Total		544.374	14,4	581.461	16,1
		3.772.933	100,0	3.613.998	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.119 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

2 CONCESSÕES

O contrato de concessão firmado entre a Copel Distribuição e a Aneel, de junho de 1999, tem prazo de vencimento previsto para julho de 2015, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do poder concedente. Para fins operacionais, dividimos nossa área de concessão em 5 regionais, a saber: Noroeste, Oeste, Leste, Centro Sul e Norte.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 16/03/09.

As demonstrações contábeis são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/07 foram efetuadas algumas reclassificações para permitir aos usuários comparação com o exercício atual. As principais reclassificações são as seguintes:

Conta original	Conta de reclassificação	
Ativo não circulante	Passivo não circulante	
Impostos e contribuições sociais (a)	Impostos e contribuições sociais	(12.775)
Deduções da receita operacional	Custos de bens e/ou serviços vendidos	
PIS/Pasep e Cofins (b)	Energia elétrica comprada para revenda	(145.717)
PIS/Pasep e Cofins (b)	Encargos de uso da rede elétrica	(52.630)
Resultado não operacional	Outras receitas (despesas) operacionais	
Receitas (despesas) não operacionais (c)	Outras receitas (despesas), líquidas	(11.469)

a) Compensação de impostos e contribuições sociais entre Ativo e Passivo não Circulantes;

b) Conforme Interpretação Técnica nº 01/04 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon;

c) Conforme Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (NE nº 4).

4 MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das demonstrações contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, os critérios de reconhecimento e de valorização de ativos e passivos.

A citada Lei teve, principalmente, objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/08.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/08 e de 2007 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa. Desta forma, as demonstrações contábeis apresentadas para o exercício findo em 31/12/07 foram reclassificadas para facilitar a comparação com as demonstrações contábeis de 2008, estando seus efeitos descritos na NE nº 3. Não foram identificados ajustes que modificassem o resultado e o patrimônio líquido apresentado em 31/12/07.

A seguir apresentamos o sumário da avaliação realizada pela Administração sobre os novos dispositivos contábeis:

Mudanças Introduzidas	Impactos na Companhia
<p>Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro – CPC 06).</p>	<p>Os contratos de arrendamento mercantil da Companhia se caracterizam como arrendamento mercantil operacional.</p>
<p>Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:</p> <p>(i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e</p> <p>(ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado (CPC 01).</p>	<p>A Companhia já adota esta prática. A maioria dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia são vinculados à concessão. De acordo com os contratos de concessão, assinados na condição de concessionária de serviço público, caso exista valor residual desses bens, estes tem garantia de indenização na entrega da concessão. Esse fato reduz significativamente o risco de impacto sobre as demonstrações contábeis relativo à recuperação dos ativos.</p>

<p>Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas:</p> <p>(i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e</p> <p>(ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior (CPC 14).</p>	<p>A Companhia realizou a classificação de suas aplicações financeiras e seus recursos e concluiu que todos seus instrumentos financeiros relativos à aplicações financeiras são destinados à negociação.</p>
<p>Eliminação do grupo Resultado não Operacional</p>	<p>Devido a eliminação do grupo Resultado não Operacional, promovida pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia passou a demonstrar os valores classificados anteriormente nesta rubrica como outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, assim como sua divulgação em nota explicativa (NE nº 3)</p>

a) Regime Tributário Transitório - RTT

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 31/12/08 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela MP nº 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08. A opção em definitivo ao RTT será manifestada somente quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ.

5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço (NE nº 6).

2) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência (NE nº 7).

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

5) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, pelo custo amortizado (NE nº 19).

6) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a

legislação vigente, sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho Fiscal.

7) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13/12/00 (NE nº 22).

8) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na NE nº 26.

9) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

10) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos seus participantes.

11) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: **(i)** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

12) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço (NE nº 27).

b) Práticas Contábeis Regulatorias – Específicas do Setor Elétrico

1) Diferimentos de custos de distribuição

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos da Copel Distribuição relacionados à compra de energia e encargos regulatórios através de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a Copel Distribuição contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios diferidos, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório diferidos serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Copel Distribuição, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme

definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência (NE nº 8).

3) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria DNAEE nº 815, de 30/11/94, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24/12/97. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05/12/06, apresentadas na NE nº 17.

4) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Estes custos são recuperados através do mecanismo de tarifas.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção (NE nº 17).

5) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do passivo exigível a longo prazo e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado. A amortização é calculada utilizando-se a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes (NE nº 17).

6) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear (NE nº 18).

7) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

8) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente (NE nº 32).

9) Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética exigidos pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia - MME (NE nº 24).

10) Questões Ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiverem de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

				2008	2007
Caixa e bancos				77.330	84.825
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	27/03/09	100,10% CDI	-	9.785
Banco do Brasil	CDB	24/09/09	100,10% CDI	-	2.483
Banco do Brasil	CDB	25/09/09	100,10% CDI	-	20.540
Banco do Brasil	CDB	28/09/09	100,10% CDI	-	5.133
Banco do Brasil	CDB	22/10/09	100,10% CDI	-	27.524
Banco do Brasil	CDB	23/10/09	100,10% CDI	-	37.703
Banco do Brasil	CDB	25/11/09	100,10% CDI	-	35.336
Banco do Brasil	CDB	27/11/09	100,10% CDI	-	35.323
Banco do Brasil	CDB	16/10/09	100,05% CDI	-	10.208
Banco do Brasil	CDB	16/10/09	100,05% CDI	-	18.362
Banco do Brasil	CDB	12/11/09	100,05% CDI	-	17.227
Banco do Brasil	CDB	29/06/10	102,00% CDI	11.734	-
Banco do Brasil	CDB	10/08/09	102,20% CDI	68.358	-
Banco do Brasil	CDB	24/08/09	102,20% CDI	29.302	-
Banco do Brasil	CDB	28/08/09	102,20% CDI	20.889	-
Banco do Brasil	CDB	11/09/09	102,20% CDI	42.610	-
Caixa Econômica Federal	CDB	25/11/09	100,05% CDI	-	10.100
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/04/08	99,6% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14/08/08	99,5% CDI	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	18/11/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	08/12/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15/12/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB Flex	12/02/10	99% CDI	709	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	24/11/10	99,5% Selic	10.115	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/10	99,5% Selic	12.064	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	08/12/10	99,5% Selic	31.144	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	21/12/10	99,5% Selic	50.031	-
				276.956	229.724
				354.286	314.549

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que apresentou a taxa média anual em 2008 de 12,28% e em 2007 de 11,92%. Estas aplicações estão registradas ao valor justo e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos, mesma prática adotada em 2007.

7 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais 90 dias	2008	Total 2007
Consumidores					
Residencial	89.831	71.497	2.861	164.189	157.698
Industrial	87.106	19.389	34.593	141.088	151.424
Comercial	64.262	22.489	7.366	94.117	93.574
Rural	13.010	5.375	190	18.575	18.271
Poder público	15.393	8.288	1.267	24.948	27.161
Iluminação pública	12.185	1.888	268	14.341	12.174
Serviço público	11.209	660	417	12.286	12.568
Não faturados	151.659	-	-	151.659	143.921
Parcelamento de débitos	77.295	3.883	9.002	90.180	95.338
Parcelamento de débitos - NC	78.123	-	-	78.123	118.032
Tarifa social baixa renda (a)	28.800	-	-	28.800	99.417
Encargos moratórios s/ faturas de energia	3.638	3.445	2.018	9.101	13.230
Governo do Paraná - luz fraterna	2.996	4.504	-	7.500	9.785
Redução tarifa uso do sistema distribuição (b)	2.635	-	-	2.635	2.969
Redução tarifa uso do sistema distribuição - NC (b)	-	-	-	-	1.779
Redução tarifa irrigação e aquicultura (c)	95	-	-	95	-
Redução tarifa irrigação e aquicultura - NC (c)	95	-	-	95	-
Outros créditos	11.673	1.712	1.230	14.615	18.560
Outros créditos - NC	3.637	-	-	3.637	55
	653.642	143.130	59.212	855.984	975.956
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 32)	14	-	-	14	4.743
Contratos bilaterais	1.164	-	-	1.164	1.151
Contratos com pequenas concessionárias	14.173	-	-	14.173	6.521
Suprimento curto prazo	-	-	25	25	25
	15.351	-	25	15.376	12.440
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	14.076	976	2.338	17.390	17.920
Rede básica	7.255	-	-	7.255	14.510
Rede básica - NC	-	-	-	-	7.255
Rede de conexão	151	-	-	151	93
	21.482	976	2.338	24.796	39.778
	690.475	144.106	61.575	896.156	1.028.174
2008	Circulante	608.620	144.106	61.575	814.301
	Não Circulante - NC	81.855	-	-	81.855
2007	Circulante	678.306	151.989	70.758	901.053
	Não Circulante - NC	127.121	-	-	127.121

a) Tarifa social baixa renda

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17/12/02, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2008, 716.627 consumidores foram beneficiados pela tarifa social, representando 25,76% do total de 2.782.404 consumidores residenciais.

O saldo a receber em 31/12/08 refere-se a parcelas já homologadas por parte da Aneel, aguardando o repasse por parte da Eletrobrás.

b) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD

As Resoluções Normativas nºs 77/2004 e 166/2005 configuram o direito da concessionária de distribuição de compensar o valor correspondente à redução percentual da TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração. A referida redução é concedida para os geradores incentivados e para os consumidores especiais, quando atendidos por tais geradores.

O valor considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008 foi R\$ 5.270, do qual, até dezembro de 2008, foram amortizados R\$ 2.635, restando saldo a amortizar nos próximos 6 meses de R\$ 2.635.

c) Redução da tarifa de irrigação e aquicultura

A Resolução Normativa nº 207/2006, que estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura, dispõe, no artigo 6º, que o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

O valor a ser considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2009 é R\$ 190. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo tenham período de recuperação de até dois anos.

8 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo Provisão	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo Provisão
	2007			2008
Consumidores e revendedores				
Residencial	16.268	(623)	(10.101)	5.544
Industrial	40.955	7.549	(8.755)	39.749
Comercial	8.454	3.914	(3.862)	8.506
Rural	38	475	(336)	177
Poder público	1.725	(778)	-	947
Iluminação pública	146	23	-	169
Serviço público	288	(288)	-	-
	67.874	10.272	(23.054)	55.092

Os critérios utilizados, além da experiência da administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

9 REPASSE CRC AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Mediante contrato firmado em 04/08/94 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a. Em 01/10/97, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30/10/97 e da última em 30/03/25, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21/01/05, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo em 31/12/04 da CRC, no montante de R\$ 1.197.404 (valor original), em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30/01/05 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

O vencimento das parcelas de longo prazo é a seguinte:

	2008	2007
2009	-	43.203
2010	50.268	46.077
2011	53.611	49.141
2012	57.176	52.409
2013	60.979	55.895
2014	65.034	59.612
2015	69.359	63.576
2016	73.972	67.805
2017	78.892	72.314
2018	84.138	77.123
2019	89.734	82.252
2020	95.702	87.722
2021	102.066	93.556
após 2021	391.839	359.168
	1.272.770	1.209.853

A mutação da conta Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná é a seguinte:

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 2006	35.205	1.158.898	1.194.103
Encargos	76.062	-	76.062
Variação monetária	1.867	89.597	91.464
Transferências	38.642	(38.642)	-
Amortizações	(111.267)	-	(111.267)
Em 2007	40.509	1.209.853	1.250.362
Encargos	79.539	-	79.539
Variação monetária	1.286	108.764	110.050
Transferências	45.847	(45.847)	-
Amortizações	(120.048)	-	(120.048)
Em 2008	47.133	1.272.770	1.319.903

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2008	2007
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	32.701	96.109
IRPJ/CSLL a compensar (b)	85.772	53.209
ICMS a recuperar	22.926	18.075
	141.399	167.393
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	189.490	180.405
ICMS a recuperar	52.497	38.800
	241.987	219.205
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	48.578	24.558
ICMS a recolher	126.875	121.287
PIS/Pasep e Cofins a recolher	16.336	16.599
IRRF sobre juros sobre capital próprio	10.734	5.845
Outros tributos	3.772	2.928
	206.295	171.217
Passivo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	20.869	12.043
	20.869	12.043

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15% mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2008	2007
Ativo circulante		
Planos previdenciário e assistencial	3.022	19.859
CVA passiva	9.631	48.768
Adições temporárias	20.048	27.482
	32.701	96.109
Ativo não circulante		
Planos previdenciário e assistencial	94.522	87.783
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.310	9.248
Adições temporárias:		
Provisões para contingências	66.147	51.539
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.044	23.788
Provisão para passivo regulatório	2.467	4.933
Provisão para efeitos de encargos da rede	-	3.114
	189.490	180.405
(-) Passivo circulante		
CVA ativa	34.438	19.654
Energia excedente	928	1.009
Exclusões temporárias	13.212	3.895
	48.578	24.558
(-) Passivo não circulante		
Exclusões temporárias		
CVA ativa	17.068	7.542
Tusd, aquicultura e irrigantes	32	605
Ativo regulatório	3.769	3.896
	20.869	12.043
	152.744	239.913

O estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos, com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, está apresentado a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2008	65.531	54.317	
2009	-	-	21.352
2010	-	-	15.208
2011	-	-	16.032
2012	-	-	16.071
2013	-	-	16.303
2014 a 2016	-	-	35.642
até 2018	-	-	32.136
	65.531	54.317	152.744

As projeções de resultado futuro foram objeto de avaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008.

b) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL a compensar referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e de valores retidos na fonte.

c) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	732.026	820.609
IRPJ e CSLL (34%)	(248.889)	(279.007)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	56.440	37.643
Incentivos fiscais	1.833	2.711
Despesas indedutíveis	(798)	-
Outros	3.762	(496)
IRPJ e CSLL correntes	(100.483)	(246.293)
IRPJ e CSLL diferidos	(87.169)	7.144

11 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA “PARCELA A”

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA são registradas as variações ocorridas entre os valores homologados por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com

Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Encargos de Serviços do Sistema – ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória n° 663, de 23/06/08, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24/06/08, reajuste médio negativo de -3,35%, resultado este de caráter provisório. Deste percentual, -7,17% referem-se ao índice de reposicionamento tarifário e 3,82% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária. A CVA faz parte deste último grupo, representando o total de R\$ 74.441, sendo formada por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2007-2008 no valor de R\$ 50.103 e o saldo a compensar da CVA do período anterior no valor de R\$ 24.337.

A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo não circulante tenham período de recuperação de até dois anos.

a) Composição dos saldos da CVA:

	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	2008	2007	2008	2007
CVA recuperável reajuste tarifário 2007				
CCC	-	1.869	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	22.289	-	-
ESS	-	7.082	-	-
CDE	-	6.125	-	-
Proinfa	-	4.560	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	211	-	-
	-	42.136	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2008				
CCC	17.966	5.659	-	5.659
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	15.908	4.074	-	4.074
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	11.611	12.309	-	12.309
ESS	9.133	372	-	372
CDE	169	1.922	-	1.922
Proinfa	2.817	1.105	-	1.105
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	37	-	37
	57.604	25.478	-	25.478
CVA recuperável reajuste tarifário 2009				
CCC	8.512	-	8.512	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	12.412	-	12.412	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	16.588	-	16.588	-
ESS	13.121	-	13.121	-
CDE	204	-	204	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	1.881	-	1.881	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	776	-	776	-
	53.494	-	53.494	-
	111.098	67.614	53.494	25.478

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2008	2007	2008	2007
CVA compensável reajuste tarifário 2007				
CCC	-	34.146	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	31.803	-	-
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	-	54.155	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.002	-	-
	-	121.106	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2008				
CCC	-	855	-	855
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	1.186	-	1.186
ESS	-	3.722	-	3.722
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	25.727	16.511	-	16.511
Transporte de energia comprada (Itaipu)	227	56	-	56
	25.954	22.330	-	22.330
CVA compensável reajuste tarifário 2009				
Proinfa	2.373	-	2.373	-
	2.373	-	2.373	-
	28.327	143.436	2.373	22.330

b) Mutação da CVA:

	Saldo	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo
	2007					2008
Ativo						
CCC	13.187	39.939	(20.258)	2.122	-	34.990
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	8.148	46.740	(16.614)	2.458	-	40.732
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	46.907	30.768	(35.697)	2.809	-	44.787
ESS	7.826	41.988	(17.310)	2.871	-	35.375
CDE	9.969	(3.282)	(6.710)	600	-	577
Proinfa	6.770	3.165	(7.851)	733	-	2.817
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	4.090	-	(328)	-	3.762
Transporte de energia comprada (Itaipu)	285	1.443	(211)	35	-	1.552
	93.092	164.851	(104.651)	11.300	-	164.592
Circulante	67.614	77.532	(104.651)	8.089	62.514	111.098
Não Circulante - NC	25.478	87.319	-	3.211	(62.514)	53.494
Passivo						
CCC	35.856	(1.710)	(36.119)	1.973	-	-
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	34.175	(2.372)	(32.579)	776	-	-
ESS	7.444	(7.194)	-	(250)	-	-
Proinfa	-	4.712	-	34	-	4.746
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	87.177	15.153	(83.054)	6.451	-	25.727
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.114	258	(1.320)	175	-	227
	165.766	8.847	(153.072)	9.159	-	30.700
Circulante	143.436	562	(153.072)	8.690	28.711	28.327
Não Circulante - NC	22.330	8.285	-	469	(28.711)	2.373

12 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
						2008
Parcela de ajuste - encargos transmissão (a)	11.458	6.088	17.546	14.510	7.255	21.765
Exposição involuntária - contrato Cien (b)	20.053	4.997	25.050	-	-	-
Outros	-	-	-	2	2	4
	31.511	11.085	42.596	14.512	7.257	21.769

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
						2007
Parcela de ajuste - encargos transmissão (a)	17.186	5.729	22.915	21.765	7.255	29.020
	17.186	5.729	22.915	21.765	7.255	29.020

a) Parcela de ajuste - encargos de transmissão

Consta dos contratos de concessão, celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 01/07/05 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 01/07/07, sendo os efeitos retroativos a 01/07/05. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período de 2005 a 2007, que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Esta diferença apropriada pelas transmissoras, está sendo compensada em 24 meses, com início em julho de 2007.

A Aneel calculou a diferença de “parcela de ajuste da revisão fronteira” para todas as distribuidoras, resultando no saldo de R\$ 22.915, a ser pago pela Copel Distribuição à Copel Transmissão. Já em relação à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, a aplicação dos percentuais de participação da Copel Distribuição sobre o total da parcela de ajuste, resultou no valor de R\$ 29.020 a ser recebido das demais transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária.

Destes valores que estão sendo liquidados financeiramente com as transmissoras, R\$ 10.739, referentes à “parcela de ajuste da revisão fronteira”, e R\$ 14.511, referentes à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, foram considerados no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008, e o restante será considerado no reajuste de junho de 2009. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo tenham período de recuperação de até dois anos.

b) Exposição involuntária – contrato Cien

O valor de R\$ 30.112 refere-se ao adiantamento para cobertura da exposição involuntária ao mercado de curto prazo, nos meses de janeiro a abril de 2008, em função da rescisão do contrato de suprimento da Copel Distribuição com a Companhia de Interconexão Energética - Cien, autorizado pela Portaria MME nº 294/2006. Este valor foi considerado provisoriamente no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008, do qual, até dezembro de 2008, foram amortizados R\$ 15.056, restando saldo a amortizar nos próximos 6 meses de R\$ 15.056. As diferenças, decorrentes da revisão dos valores adiantados, totalizam R\$ 9.994, a ser considerado no reajuste tarifário de 2009.

13 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2008	2007
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	37.208	24.244
	37.208	24.244
Ativo não circulante		
Caução do contrato da STN (NE nº 19.a)	37.868	22.423
	37.868	22.423

Os depósitos em garantia atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

14 ESTOQUES

	2008	2007
Materiais para Manutenção		
Almoxarifado	37.488	36.292
Destinados a alienação	10.603	8.296
Emprestados	59	85
	48.150	44.673
Materiais para Investimento - Imobilizado	100.094	99.697
	148.244	144.370

15 OUTROS CRÉDITOS

	2008	2007
Ativo circulante		
Adiantamento a empregados	5.558	5.418
Desativações em curso	4.224	1.885
Pagamentos antecipados	2.971	6.016
Empréstimos compulsórios	1.806	837
Adiantamento a fornecedores	1.059	13.673
Salários de empregados cedidos a recuperar	931	787
Alienação de bens e direitos	817	455
Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças	763	611
Entidades seguradoras	304	335
Serviços prestados a terceiros	98	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(918)	(924)
Outros créditos	1.891	1.208
	19.504	30.353
Ativo não circulante		
Empréstimos compulsórios	3.560	4.185
Alienação de bens e direitos	1.149	1.496
	4.709	5.681

16 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados a seguir:

	Total dos depósitos judiciais	Dedução das contingências	Ativo não circulante	Ativo não circulante
			2008	2007
Trabalhistas	67.925	(20.423)	47.502	40.447
Cíveis				
Servidões de passagem	1.517	-	1.517	1.441
Cíveis	14.405	(1.476)	12.929	13.013
Consumidores	2.722	(894)	1.828	2.500
	18.644	(2.370)	16.274	16.954
Fiscais				
Outros tributos	908	-	908	771
	908	-	908	771
Outros	14	-	14	14
	87.491	(22.793)	64.698	58.186

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 26.

17 IMOBILIZADO

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	
			2008	2007
Em serviço				
Terrenos	33.004	-	33.004	30.459
Edificações	142.569	61.291	81.278	79.109
Máquinas e equipamentos	4.527.588	2.161.379	2.366.209	2.184.385
Veículos	105.333	60.975	44.358	48.898
Móveis e utensílios	7.671	5.008	2.663	2.948
	4.816.165	2.288.653	2.527.512	2.345.799
Em curso				
Terrenos	1.587	-	1.587	2.929
Edificações	25.411	-	25.411	13.002
Máquinas e equipamentos	311.365	-	311.365	232.264
Veículos	929	-	929	1.256
Móveis e utensílios	158	-	158	185
Estudos e projetos	10.940	-	10.940	10.013
Material em depósito	100.094	-	100.094	99.697
Compras em andamento	3	-	3	1.186
Adiantamento a Fornecedores	8.867	-	8.867	1.028
Depósitos judiciais	11.289	-	11.289	15.510
	470.643	-	470.643	377.070
Obrigações vinculadas à concessão	(916.570)	-	(916.570)	(852.267)
			2.081.585	1.870.602

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/57, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para imobilizações em curso, totalizando o montante de R\$ 1.470 em 2008 (NE nº 19).

O montante de ativo imobilizado em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 529.212, em 31/12/08, e R\$ 377.919, em 31/12/07.

a) Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos dos acionistas.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão.

Com a emissão da Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31/10/06, que estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo como as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 01/07/08, conforme despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. Essa amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes.

Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

A alteração da característica dessas obrigações é decorrente da modificação ocorrida no mecanismo de tarifa estabelecida nessa nova Resolução Normativa, que determinou que a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será mais computada na “Parcela B” da receita requerida da concessionária.

b) Planos de universalização de energia elétrica ⁽¹⁾

A Aneel estabeleceu condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou o aumento de carga, regulamentou e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e promoveu alterações, dentre as quais destacam-se a mudança de prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a limitação desses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kv), com carga instalada de até 50 KW.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Estado do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel Distribuição. Além disso, o programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada.

Inicialmente previsto para completar 100% de eletrificação no País até 2008, o programa foi prorrogado até o ano de 2010 por meio do Decreto nº 6.442/2008, devido ao surgimento de novas

demandas em praticamente todos os estados brasileiros.

Em 2008, foram ligados 12.000 novos consumidores, somando pouco mais de 40.000 desde o início do programa, de modo que este número já suplanta em 4.000 a demanda inicialmente prevista. Uma campanha de mídia para divulgação do programa e cadastramentos, realizada no primeiro trimestre de 2008, revelou ainda a existência de demanda remanescente na ordem de 34.000 ligações, das quais 20.000 estão previstas para o ano de 2009 e outras 14.000 para o ano 2010.

Foram firmados com a Eletrobrás três contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja composição é a seguinte: contrato 002/2004, no valor de R\$ 30.240, sendo R\$ 17.280 provenientes da RGR e R\$ 12.960 da CDE; contrato 142/2006, no valor de R\$ 74.340, sendo R\$ 42.480 provenientes da RGR e R\$ 31.860 da CDE; contrato 206/2007, no valor de R\$ 126.431, sendo R\$ 108.369 provenientes da RGR e R\$ 18.062 da CDE. As liberações de crédito do contrato 002/2004 já encerraram, do contrato 142/2006 já foram liberados R\$ 52.038 e do contrato 206/2007 já foram liberados R\$ 37.929.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos para o programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

⁽¹⁾ Informações não auditadas

c) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05/12/06, são:

	%
Distribuição	
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV	2,50
Condutor e estrutura do sistema < 69 kV e transformador de distribuição	5,00
Banco de capacitores < 69 kV	6,70
Banco de capacitores => 69 kV	5,00
Equipamento geral	10,00
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00

d) Muta o do imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obriga�es especiais	Total
Em 2006	1.708.060	251.020	(801.467)	1.157.613
Incorpora�o parcial da Copel Transmissão S.A.	475.007	94.180	(2.881)	566.306
Programa de investimentos	-	379.186	-	379.186
Imobiliza�es de obras	346.504	(346.504)	-	-
Quotas de deprecia�o	(168.721)	-	-	(168.721)
Baixas	(14.965)	(1.834)	-	(16.799)
Participa�o financeira dos consumidores	-	-	(47.919)	(47.919)
Transferências entre o imobilizado e o intangível	(86)	1.617	-	1.531
Reversão de provisões para contingências	-	(595)	-	(595)
Em 2007	2.345.799	377.070	(852.267)	1.870.602
Programa de investimentos	-	495.197	-	495.197
Imobiliza�es de obras	395.248	(395.248)	-	-
Quotas de deprecia�o	(194.054)	-	20.108	(173.946)
Baixas	(19.440)	(1.524)	-	(20.964)
Participa�o financeira dos consumidores	-	-	(84.411)	(84.411)
Transferências entre o imobilizado e o intangível	5	(601)	-	(596)
Transferências de bens destinados a uso futuro	(46)	-	-	(46)
Reversão de provisões para contingências	-	(4.251)	-	(4.251)
Em 2008	2.527.512	470.643	(916.570)	2.081.585

e) Redu o ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia tem por prática a avalia o e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redu o ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou altera es nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvaloriza o por meio da constitui o de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recupera o estão listadas abaixo:

- 1) Valor Recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil;
- 2) Apura o do valor de uso: a metodologia utilizada para o cáculo do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda conforme recomendado no Pronunciamento Técnico CPC 01

Os respectivos fluxos de caixa foram estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da companhia, aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administra o da Controladora, com conseqüente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

Com rela o ao crescimento de mercado, as proje es estão compatíveis com os dados históricos

e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, por hora e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Diante das premissas acima a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

18 INTANGÍVEL

	Direito de uso de softwares	Amortização acumulada ⁽¹⁾	Faixa de servidões	Outros	Líquido	
					2008	2007
Em serviço						
Com vida útil estimada	30.336	(24.675)	19.895	-	25.556	24.139
Com vida útil não estimada	-	-	-	103	103	113
	30.336	(24.675)	19.895	103	25.659	24.252
Em curso	476	-	1.288	-	1.764	2.702
					27.423	26.954

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

O montante de intangível em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 19.444, em 31/12/08, e R\$ 15.379, em 31/12/07.

a) Mutação do Intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Total
Em 2006	7.024	6.394	13.418
Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	15.091	1.778	16.869
Programa de investimentos	-	929	929
Capitalizações	4.782	(4.782)	-
Quotas de amortização	(2.659)	-	(2.659)
Baixas	(72)	-	(72)
Transferências entre o intangível e o imobilizado	86	(1.617)	(1.531)
Em 2007	24.252	2.702	26.954
Programa de investimentos	-	2.464	2.464
Capitalizações	4.003	(4.003)	-
Quotas de amortização	(2.135)	-	(2.135)
Baixas	(456)	-	(456)
Transferências entre o intangível e o imobilizado	(5)	601	596
Em 2008	25.659	1.764	27.423

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2008 Total	2007 Total	2008	2007
Moeda estrangeira						
STN (a)	7.567	1.080	8.647	7.602	85.359	70.432
Eletrobrás (b)	7	-	7	6	36	33
	7.574	1.080	8.654	7.608	85.395	70.465
Moeda nacional						
Banco do Brasil (c)	157	4	161	141	789	850
Eletrobrás (b)	5.488	10	5.498	8.022	67.142	40.238
	5.645	14	5.659	8.163	67.931	41.088
	13.219	1.094	14.313	15.771	153.326	111.553

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2008	%	2007	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	94.049	56,10	78.073	61,32
	94.049	56,10	78.073	61,32
Moeda nacional				
URTJLP	20	0,01	61	0,05
IGP-M	930	0,55	929	0,73
Ufir	71.361	42,57	41.531	32,61
Finel	1.279	0,77	6.730	5,29
	73.590	43,90	49.251	38,68
	167.639	100,00	127.324	100,00

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2008	2007
Dólar norte-americano	31,94	(17,15)
URTJLP	0,24	0,36
IGP-M	9,81	7,75
Finel	1,90	1,51

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	2008	2007	2008	2007
2009	-	-	-	10.017
2010	6.643	4.394	11.037	9.361
2011	6.643	5.598	12.241	9.362
2012	4.889	8.006	12.895	9.362
2013	3.137	8.006	11.143	7.037
2014	1.572	7.865	9.437	5.610
2015	-	7.820	7.820	4.260
2016	-	7.361	7.361	3.779
2017	-	6.719	6.719	3.106
2018	-	5.975	5.975	2.115
2019	-	3.726	3.726	114
2020	-	2.456	2.456	49
2021	-	5	5	1
após 2021	62.511	-	62.511	47.380
	85.395	67.931	153.326	111.553

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 2006	7.270	73.468	7.532	25.189	113.459
Ingressos	-	-	-	16.992	16.992
Incorporação Copel Transmissão	1.538	14.802	5.003	1.668	23.011
Encargos	4.849	-	2.340	-	7.189
Variação monetária e cambial	(1.162)	(12.364)	24	70	(13.432)
Transferências	5.441	(5.441)	2.831	(2.831)	-
Amortizações	(10.328)	-	(9.567)	-	(19.895)
Em 2007	7.608	70.465	8.163	41.088	127.324
Ingressos	-	-	-	32.512	32.512
Encargos	4.458	-	5.973	-	10.431
Encargos transf. p/ imob. (NE nº 17)	-	-	(1.470)	-	(1.470)
Variação monetária e cambial	2.931	21.006	25	96	24.058
Transferências	6.076	(6.076)	5.765	(5.765)	-
Amortizações	(12.419)	-	(12.797)	-	(25.216)
Em 2008	8.654	85.395	5.659	67.931	167.639

a) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20/05/98, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2008	2007
Par Bond	30	15.04.2024	30	37.296	28.294
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	17.507	15.703
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	12.368	12.133
Discount Bond	30	15.04.2024	30	25.896	19.755
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	466	1.067
Flirb	15	15.04.2009	9	473	1.082
				94.006	78.034

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 15.460 e R\$ 22.408 (R\$ 9.246 e R\$ 13.177, em 31/12/07), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 13).

b) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência – Ufir.

Contrato ECFS – 142/2006, assinado em 11/05/06 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340 para aplicação no programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em

30/09/18. Até dezembro de 2008 foram liberados R\$ 52.028, sendo R\$ 29.736 com recursos da RGR.

Contrato ECFS – 206/2007, assinado em 03/03/08 entre Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.431 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 108.369 financiado com recursos da RGR e R\$ 18.061 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30/08/20. Em 28/07/08 houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE.

A garantia é representada pela vinculação da receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

c) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30/03/94, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 01/04/94, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

20 FORNECEDORES

	2008	2007
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	41.798	36.459
Transporte de energia	4.182	3.027
Uso da conexão	1.247	1.036
	47.227	40.522
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	100.040	74.090
Furnas Centrais Elétricas S.A.	32.757	30.849
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	32.108	28.430
Concessionárias - CCEE (NE nº 32)	27.962	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	14.209	12.940
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	11.488	9.763
Copel Geração e Transmissão S.A.	10.326	8.382
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	10.234	8.293
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	10.316	8.834
Itiquira Energética S.A.	9.247	8.468
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.660	4.052
Outras concessionárias	18.415	18.315
	281.762	212.416
Materiais e serviços		
Outros fornecedores	86.017	68.607
	86.017	68.607
	415.006	321.545

21 FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

	2008	2007
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados (NE nº 30.c)	45.580	37.126
Impostos e contribuições sociais	18.037	15.101
Folha de pagamento, líquida	57	108
Consignações a favor de terceiros	5	-
	63.679	52.335
Provisões trabalhistas		
Férias	34.680	33.684
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	10.802	10.576
Desligamentos voluntários	-	3.193
	45.482	47.453
	109.161	99.788

22 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Plano de benefício previdenciário

A Copel Distribuição patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CV). Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida (CV) torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

Até julho de 2007 o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado “Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários”, assinado em 20/01/99. Este contrato possui cláusulas que prevêm a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27/07/07 a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou a uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando

manifestação em relação à questão.

Em novembro de 2007, a SPC solicitou esclarecimentos e sugeriu a realização de auditoria atuarial independente com o objetivo de avaliar o processo de saldamento, com parecer conclusivo sobre a adequação das premissas utilizadas e sobre a extinção ou não da dívida e/ou do contrato em questão.

Em julho de 2008, a Fundação Copel enviou para a SPC o Relatório de Auditoria elaborado pela consultoria atuarial contratada e, em outubro de 2008, a SPC encaminhou Ofício à Fundação Copel solicitando maiores esclarecimentos e fundamentações ao Parecer.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel.

b) Plano de benefício assistencial

A Copel Distribuição aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total	
			2008	2007
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	51.631	235.263	286.894	316.596
Plano de benefícios - Plano III (CV) - empregados	6.217	-	6.217	5.394
	57.848	235.263	293.111	321.990
		Circulante	15.106	31.569
		Não circulante	278.005	290.421

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2008	2007
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(16.999)	(59.697)
Plano previdenciário (CV)	33.070	9.705
Plano assistencial - pós-emprego	(4.744)	26.603
Contribuição assistencial	21.032	28.833
	32.359	5.444
(-) Transferências para imobilizado em curso	(4.895)	(3.798)
	27.464	1.646

O custo anual estimado para o exercício de 2008 pelo atuário independente resultou em receita

devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/2000

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2008 e 2007 estão demonstradas a seguir:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação a.a.	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light

Na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculado pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31/12/06, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

23 ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	2008	2007
Conta de consumo de combustível - CCC	22.174	12.590
Conta de desenvolvimento energético - CDE	14.904	14.678
Reserva global de reversão - RGR	2.497	1.484
	39.575	28.752

24 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Aneel estabeleceu critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética – PEE pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o regulamento estabelecido por aquela Agência Reguladora. Na mesma resolução, foi aprovado o Manual do Programa de Eficiência Energética.

A Aneel também aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica. Em outubro de 2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos

recursos a serem destinados, mensalmente, aos projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

O Agente Regulador através da Resolução Normativa 316, de 13/05/08, determinou às Concessionárias que os valores a serem recolhidos ao MME e ao FNDCT, referentes ao exercício de 2008 fossem realizados em quota única, de modo que o valor recolhido em fevereiro de 2009 foi de R\$ 11.001. Para o exercício de 2009 os recolhimentos serão pagos até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e no Programa de Eficiência Energética são compostos da seguinte forma:

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 2008	Saldo em 2007
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	9.620	-	9.620	11.765
MME	-	4.810	-	4.810	5.883
P&D	12.462	-	48.396	60.858	53.396
	12.462	14.430	48.396	75.288	71.044
Programa de eficiência energética - PEE					
	10.386	-	74.587	84.973	78.943
	22.848	14.430	122.983	160.261	149.987
			Passivo circulante	93.506	149.987
			Passivo não circulante	66.755	-

A mutação dos saldos está apresentada a seguir:

Saldos	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2006	13.569	17.953	38.964	62.796	133.282
Constituições	8.378	4.191	8.379	16.361	37.309
Incorporação Copel Transmissão	762	379	1.756	-	2.897
Juros Selic	-	-	4.297	5.139	9.436
Recolhimentos	(10.944)	(16.640)	-	-	(27.584)
Conclusões de projetos	-	-	-	(5.353)	(5.353)
Em 2007	11.765	5.883	53.396	78.943	149.987
Constituições	7.335	3.668	7.335	18.338	36.676
Juros Selic	-	-	5.660	6.704	12.364
Recolhimentos	(9.480)	(4.741)	-	-	(14.221)
Conclusões de projetos	-	-	(5.533)	(19.012)	(24.545)
Em 2008	9.620	4.810	60.858	84.973	160.261

25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2008	2007
Passivo circulante		
Taxa de iluminação pública arrecadada	18.669	16.320
Devolução de participação financeira do consumidor	13.299	12.284
Parcela ajustes encargos da rede - Copel Geração e Transmissão	5.992	11.909
Consumidores e revendedores	1.864	1.608
Entidades seguradoras - prêmios a pagar	1.252	750
Cauções em garantia	944	1.090
Taxa de fiscalização - Aneel	796	787
Outras obrigações	4.358	6.195
	47.174	50.943
Passivo não circulante		
Parcela ajustes encargos da rede	-	5.992
Outras obrigações	15	-
	15	5.992

26 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais vinculados são os seguintes:

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
			2008	2007
Trabalhistas	104.340	(20.423)	83.917	59.146
Regulatórias (a)	14.088	-	14.088	-
Cíveis:				
Fornecedores (b)	52.209	-	52.209	49.954
Cíveis e direito administrativo	23.493	(1.476)	22.017	13.609
Servidões de passagem	8.973	-	8.973	12.771
Desapropriações e patrimoniais	295	-	295	849
Consumidores	5.465	(894)	4.571	6.428
Ambientais	-	-	-	163
	90.435	(2.370)	88.065	83.774
Tributárias	5.413	-	5.413	4.686
	214.276	(22.793)	191.483	147.606

As mutações das provisões são as seguintes:

	Saldo Provisão	Constituições (reversões)	Constit. (rev.) imobilizado	Quitações	Saldo Provisão
	2007				2008
Trabalhistas	77.480	37.344	-	(10.484)	104.340
Regulatórias	-	14.098	-	(10)	14.088
Cíveis:					
Fornecedores	49.954	2.255	-	-	52.209
Servidões de passagem	12.771	-	(3.697)	(101)	8.973
Cíveis e direito administrativo	14.872	11.814	-	(3.193)	23.493
Consumidores	6.523	(1.048)	-	(10)	5.465
Desapropriações e patrimoniais	849	-	(554)	-	295
Ambientais	163	(163)	-	-	-
	85.132	12.858	(4.251)	(3.304)	90.435
Tributárias	4.686	728	-	(1)	5.413
	167.298	65.028	(4.251)	(13.799)	214.276

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31/12/08, totalizaram R\$ 1.289.952, distribuídas em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 87.360; regulatórias R\$.1.072.015; cíveis e administrativas R\$ 114.154; e tributárias R\$ 16.423. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar serem boas as chances de êxito da demanda judicial através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 32 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

a) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento, no valor de R\$ 7.709, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/2002. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Companhia será acionada à quitar os montantes de sua responsabilidade.

b) Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras, em detrimento do interesse público. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Companhia pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

A Administração, em razão da estimativa da probabilidade de perda provável julgada pelos

assessores jurídicos, com base nas informações disponíveis e no estágio atual dos processos, decidiu por constituir provisão para contingências no valor original da dívida, atualizada monetariamente de acordo com as condições contratuais originais, a qual representa, em 31/12/08, o valor de R\$ 52.209.

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31/12/08, monta a R\$ 2.171.928 composto por 2.171.927.626 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia – Copel.

b) Reservas de lucros

	2008	2007
Reserva legal	66.289	39.070
Reserva para investimentos	804.068	452.913
	870.357	491.983

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o artigo nº 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos é como segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	544.374	581.460
Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio	(56.440)	(37.644)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	487.934	543.816
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(24.397)	(27.191)
Base de cálculo para dividendos mínimos	463.537	516.625
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	139.061	154.988
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	24.900	16.607
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	163.961	171.595
Remuneração do capital próprio apropriada	166.000	110.716
Distribuição de dividendos	-	60.879

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

28 RECEITA OPERACIONAL

	2008	2007
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	935.934	876.287
Industrial	901.658	816.651
Comercial, serviços e outras atividades	625.476	574.534
Rural	123.071	113.720
Poder público	86.334	82.165
Iluminação pública	67.005	63.518
Serviço público	63.403	61.992
Parcela de Ajustes de Encargos da Rede	1.886	(6.105)
	2.804.767	2.582.762
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	1.672	1.047
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.079	26.958
Contratos com pequenas concessionárias	56.971	48.216
	60.722	76.221
Disponibilidade da rede elétrica		
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD		
Residencial	1.054.150	1.023.847
Industrial	1.194.193	1.136.137
Comercial, serviços e outras atividades	699.740	672.230
Rural	138.138	133.400
Poder público	96.529	95.785
Iluminação pública	74.943	74.211
Serviço público	70.925	72.318
Rede de conexão	1.558	577
Parcela de ajustes de encargos da rede básica	-	(904)
	3.330.176	3.207.601
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	50.245	46.220
Renda da prestação de serviços	8.058	7.812
Serviço taxado	9.316	8.392
Outras receitas	773	567
	68.392	62.991
	6.264.057	5.929.575

	Nº de consumidores ⁽¹⁾		MWh ⁽¹⁾	
	2008	2007	2008	2007
Consumidores				
Residencial	2.782.404	2.713.463	5.378.890	5.142.964
Industrial	63.641	58.778	6.769.770	6.277.971
Comercial	294.866	286.451	3.966.640	3.721.524
Rural	335.666	333.567	1.606.035	1.521.789
Poder público	33.218	31.942	561.931	533.485
Iluminação pública	9.093	8.346	746.987	725.542
Serviço público	4.063	3.926	579.627	576.045
Consumo próprio	592	588	23.029	23.401
	3.523.543	3.437.061	19.632.909	18.522.721
Revendedores				
Suprimento - curto prazo - CCEE	-	-	-	160.694
Concessionárias	-	-	495.594	473.744
			495.594	634.438
			20.128.503	19.157.159

⁽¹⁾ Informações não auditadas

29 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	2008	2007
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.514.809	1.428.373
Cofins	477.848	437.450
PIS/Pasep	103.743	96.086
ISSQN	108	155
	2.096.508	1.962.064
Encargos do consumidor		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	188.847	183.589
Conta de consumo de combustível - CCC	152.667	178.051
Quota para reserva global de reversão - RGR	23.374	16.536
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE nº 24)	36.676	37.309
Outros	67	91
	401.631	415.576
	2.498.139	2.377.640

30 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As composições dos custos e despesas em 2008 e 2007 são as seguintes:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
					2008
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.763.470)	-	-	-	(1.763.470)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(366.561)	-	-	-	(366.561)
Pessoal e administradores (c)	(384.220)	-	(78.162)	-	(462.382)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22)	(23.158)	-	(4.306)	-	(27.464)
Material (d)	(37.093)	(2.941)	(4.432)	-	(44.466)
Serviços de terceiros (e)	(130.103)	(22.475)	(54.856)	-	(207.434)
Depreciação e amortização	(158.816)	-	(17.265)	-	(176.081)
Provisões e reversões (f)	-	(10.288)	-	(65.028)	(75.316)
Outros custos e despesas (g)	2.585	4.425	(18.057)	(20.119)	(31.166)
	(2.860.836)	(31.279)	(177.078)	(85.147)	(3.154.340)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
					2007
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.421.574)	-	-	-	(1.421.574)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(548.598)	-	-	-	(548.598)
Pessoal e administradores (c)	(313.365)	-	(103.164)	-	(416.529)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22)	1.858	-	(3.504)	-	(1.646)
Material (d)	(37.614)	(1.231)	(9.479)	-	(48.324)
Serviços de terceiros (e)	(103.755)	(21.317)	(59.982)	-	(185.054)
Depreciação e amortização	(154.496)	-	(16.884)	-	(171.380)
Provisões e reversões (f)	-	6.019	-	(39.896)	(33.877)
Outros custos e despesas (g)	8.546	6.808	(12.590)	(24.618)	(21.854)
	(2.568.998)	(9.721)	(205.603)	(64.514)	(2.848.836)

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2008	2007
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	475.956	394.865
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	295.615	280.608
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	283.870	256.302
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	162.802	150.085
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	120.207	4.280
Itiquira Energética S.A.	107.894	98.175
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	104.722	93.949
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão	92.794	84.724
Copel Geração e Transmissão S.A.	90.511	74.229
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	63.239	41.363
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão	42.877	37.239
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - Leilão	32.472	30.946
Companhia de Interconexão Energética - Cien	-	111.193
(-) Repactuação de contratos - Cien	-	(100.862)
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	(66.080)	(52.250)
(-) Pasep/Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(167.753)	(145.717)
Outras concessionárias - leilão	123.895	61.336
Outras concessionárias	449	1.109
	1.763.470	1.421.574

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	2008	2007
Furnas Centrais Elétricas S.A.	83.428	75.044
Copel Geração e Transmissão S.A.	72.339	5.663
Copel Transmissão S.A. (até 30.11.07)	-	260.111
Encargos dos serviços do sistema - ESS	71.261	19.132
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	37.159	33.532
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	34.511	32.491
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	24.893	22.028
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	23.366	21.186
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	12.445	11.135
Novatrans Energia S.A.	11.506	10.358
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	11.353	10.140
Operador Nacional do Sistema - ONS	10.119	10.550
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	9.964	9.169
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	9.428	8.513
ATE II Transmissora de Energia S.A.	4.927	4.780
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	4.828	4.512
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	4.677	4.305
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	4.457	4.046
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	3.924	3.341
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	3.921	3.587
ATE Transmissora Energia S.A	3.244	2.834
Parcela ajuste encargos da rede	3.052	(4.579)
(-) Pasep/Cofins s/ Encargos de Uso da Rede Elétrica	(47.129)	(52.631)
CVA - encargos	(64.319)	22.997
Outras concessionárias	33.208	26.354
	366.561	548.598

c) Pessoal e Administradores

	2008	2007
Pessoal		
Remunerações	333.847	284.555
Encargos sociais	107.451	90.867
	441.298	375.422
Auxílio alimentação e educação	37.590	32.397
Indenizações trabalhistas (reversão)	(658)	4.761
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	45.580	37.126
	523.810	449.706
(-) Transferências para imobilizado em curso	(61.870)	(33.414)
	461.940	416.292
Administradores		
Honorários	453	193
Encargos sociais	28	55
	481	248
(-) Transferências para imobilizado em curso	(39)	(11)
	442	237
	462.382	416.529

1) Participação nos lucros e/ou resultados

Desde 1996, a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

2) Programas de Desligamento Voluntário e de Incentivo à Aposentadoria

Em 20/01/09, a Administração da Companhia instituiu 2 programas de desligamento voluntário, com vigência a partir de fevereiro de 2009:

Programa de Desligamento Voluntário - PDV: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS até 31/01/09, mediante compensação indenizatória de 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O prazo para adesão encerrou em 20/03/09 e o prazo para o desligamento é 15/12/09.

Programa Permanente de Incentivo à Aposentadoria - PIA: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que obtiver, a partir de 01/02/09, a aposentadoria pelo INSS, e opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com esta Companhia. A compensação indenizatória será equivalente a 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O desligamento do empregado deverá ocorrer até 30 dias após a companhia confirmar-lhe a concessão de sua aposentadoria pelo INSS.

d) Material

	2008	2007
Combustíveis e peças para veículos	18.525	21.007
Sistema elétrico	8.312	9.401
Expediente	4.727	2.942
Cantina	4.309	3.622
Construção civil	2.495	1.930
Segurança	1.704	1.670
Ferramental	1.281	1.241
Lubrificantes para veículos e equipamentos automotivos	811	728
Vestuário e uniforme	721	752
Informática	529	2.064
Outros materiais	1.052	2.967
	44.466	48.324

e) Serviços de Terceiros

	2008	2007
Manutenção do sistema elétrico	36.854	21.809
Serviços de telecomunicações	25.250	22.728
Postais e telegráficos	22.591	18.925
Agentes autorizados e credenciados	19.605	19.563
Processamento e transmissão de dados	16.668	14.377
Telefone	14.638	11.540
Apoio administrativo	9.559	9.077
Consultoria técnica, científica e administrativa	9.318	7.725
Leitura e entrega de faturas	7.918	7.350
Viagens	6.413	5.564
Vigilância	5.401	1.883
Limpeza de faixa de servidão	4.967	4.071
Treinamentos	4.745	3.892
Atendimento a consumidores	4.365	5.699
Manutenção e conservação de veículos	3.482	3.380
Poda de árvores	3.185	4.080
Frete e carretos	2.654	4.157
Manutenção civil	2.018	3.159
Serviços em área verde	1.545	498
Anúncios e publicações	712	811
Despesas jurídicas	708	646
Outros serviços	4.838	14.120
	207.434	185.054

f) Provisões e Reversões

	2008	2007
Provisão (rev.) para créditos de liquidação duvidosa		
PCLD - consumidores e revendedores (NE nº 8)	10.272	(6.026)
PCLD - serviços prestados a terceiros e outros créditos	16	7
	10.288	(6.019)
Provisão (rev.) para contingências		
Trabalhistas	37.344	38.348
Regulatórias	14.098	-
Cíveis e direito administrativo	11.814	4.680
Fornecedores	2.255	880
Tributárias	728	60
Ambientais	(163)	75
Consumidores	(1.048)	(4.147)
	65.028	39.896
	75.316	33.877

g) Outros Custos e Despesas Operacionais

	2008	2007
Taxa de fiscalização da Aneel	9.507	9.176
Arrendamentos e aluguéis (1)	8.241	7.003
Perdas na desativação e alienação de bens	6.181	10.456
Energia elétrica - consumo próprio	5.678	5.596
Tributos	5.418	4.140
Propaganda e publicidade	3.354	1.264
Bolsa auxílio - estagiários	3.027	2.614
Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	2.782	3.401
Seguros	1.959	1.524
Penalidade DIC/FIC	1.936	1.288
Indenizações	3.769	1.874
Recuperação de custos e despesas (2)	(23.490)	(29.449)
Custos e despesas gerais	2.804	2.967
	31.166	21.854

1) Arrendamentos e aluguéis

	2008	2007
Imóveis	5.164	3.474
Fotocopiadora	3.408	3.435
Outros	284	369
(-) Transferências para imobilizado em curso	(615)	(275)
	8.241	7.003

A estimativa de gastos para o exercício de 2009 é basicamente a mesma de 2008, acrescentando-se apenas os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual. ⁽¹⁾

Do total de R\$ 5.164 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 3.455 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

(1) Informações não auditadas

2) Recuperação de custos e despesas

	2008	2007
Custos administrativos	(9.516)	(9.599)
Arrecadação de faturas baixadas contra PCLD	(4.535)	(7.346)
Consumo próprio de energia	(5.678)	(5.596)
Material elétrico	(2.457)	(4.784)
Recuperação de custos e despesas diversos	(1.304)	(2.124)
	(23.490)	(29.449)

31 RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	34.381	19.784
Varição monetária sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9.b)	110.050	91.464
Renda sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9.b)	79.539	76.062
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	41.354	43.007
Remuneração - CVA	11.630	10.553
Juros sobre impostos a compensar	3.701	8.738
Outras receitas financeiras	19.896	6.782
	300.551	256.390
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	68.563	83.431
Variações monetárias e cambiais	35.120	(17.643)
Termo de compromisso de ajuste de conduta	30.673	-
Juros sobre P&D e PEE	12.364	9.436
Multas moratórias, fiscais e sancionatórias	9.866	3.403
Remuneração - CVA	9.489	21.969
IOF	8.098	8.481
CPMF	547	27.814
Outras despesas financeiras	5.383	1.989
	180.103	138.880
	120.448	117.510

32 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12/11/04, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como

efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo Órgão Regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 1.062.000 (valor atualizado em 31/12/08), não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

a) AES Sul

Pelo Comunicado aos Agentes CAM 1313/08, de 22/10/08, a CCEE informou os valores a serem liquidados em razão da liminar concedida pela 15ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, em favor da AES Sul, contra a aplicação retroativa do Despacho Aneel nº 288/2002. Em decorrência, a Copel Distribuição pagou o valor de R\$ 6.701, em 07/11/08.

Quando da apuração dos valores referentes ao período 2000-2002, a Companhia já havia obtido decisão semelhante, então afastando os efeitos do Despacho Aneel nº 288/2002, e permitindo que a contabilização e liquidação na ocasião fosse realizada pelo antigo MAE, considerando a quota-parte de Itaipu no Sudeste. Em 30/07/08, no julgamento do agravo de instrumento nº 2002.01.00.028632-7, essa decisão foi mantida, permanecendo em favor da Copel Distribuição a contabilização publicada pelo antigo MAE em 13/03/02.

O julgamento da Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, proposta pela AES Sul contra a aplicação retroativa do Despacho Aneel nº 288/2002, confirma os fundamentos da decisão favorável anteriormente obtida pela Companhia.

b) Renegociação - Contrato Cien ⁽¹⁾

Para repor o contrato encerrado com Cien, a Copel Distribuição participa de todos os mecanismos previstos pela legislação para a contratação de energia, conforme estabelecido na Portaria MME nº 294/2006. A absoluta falta de oferta de energia dos geradores nos leilões de energia existente (A-1) de 2007 e 2008, porém, não permitiu a reposição total dos montantes do contrato com Cien, restando 188 MW médios a repor.

Em 2008, a Companhia buscou a reposição de Cien em leilões de energia nova. Contratou

141 MW médios no Leilão UHE Jirau, 51 MW médios no Leilão A-3 de 2008 e 316 MW médios no Leilão A-5 de 2008, montantes suficientes para, de acordo com o início de suprimento dos produtos, atender o crescimento de mercado e repor Cien.

c) Transações correntes no âmbito da CCEE ⁽¹⁾

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2008	2007
Ativo circulante (NE nº 7)		
Até dezembro de 2007	14	4.743
	14	4.743
Passivo circulante (NE nº 20)		
De outubro a dezembro de 2008	27.962	-
	27.962	-

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2008 é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar 2007	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 2008
Ativo circulante				
Até dezembro de 2007	4.743	(1.718)	(3.011)	14
	4.743	(1.718)	(3.011)	14
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2007	-	(3.037)	3.037	-
De janeiro a março de 2008	-	(91.552)	91.552	-
De abril a junho de 2008	-	(38.858)	38.858	-
De julho a setembro de 2008	-	(53.020)	53.020	-
De outubro a dezembro de 2008	-	(27.041)	55.003	27.962
	-	(213.508)	241.470	27.962
Total líquido	4.743	211.790	(244.481)	(27.948)

Os efeitos no resultado de 2008 estão demonstrados a seguir:

	2008		2007	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Compra (NE nº 30.a)	957.083	120.207	161.612	4.280
Venda (NE nº 28)	-	2.079	160.694	26.958

⁽¹⁾ Informações técnicas não auditadas pelos auditores independentes.

33 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de

caixa, Consumidores e revendedores, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31/12/08, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

Instrumentos Financeiros	Valor de mercado	Valor contábil	
	2008	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa	354.286	354.286	314.549
Contas a receber de entidades governamentais	165.114	165.114	293.884
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.319.903	1.319.903	1.250.362
Empréstimos e financiamentos	167.639	167.639	127.324
Eletrobrás (Itaipu)	100.040	100.040	74.090

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras classificadas na rubrica Caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em quase sua totalidade, estão investidas em papéis de renda fixa lastreadas em títulos públicos federais. Sua dívida em moeda estrangeira não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é contabilizado na conta de compensação da "Parcela A", pelo pagamento das respectivas faturas, sendo repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A exposição ao risco de moeda estrangeira, está demonstrada a seguir:

Moeda estrangeira	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			2008
Cauções e depósitos vinculados	37.868	-	37.868
Empréstimos e financiamentos	-	(94.049)	(94.049)
Fornecedores - Eletrobrás (Itaipu)	-	(100.040)	(100.040)
	37.868	(194.089)	(156.221)

3) Risco de Taxa de Juros

Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis, os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Por outro lado, o risco é calculado pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Planejamento de Operação Energética, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Informações não auditadas

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e

Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

7) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550, de 17/10/08, a Companhia avaliou suas transações e não identificou instrumentos financeiros derivativos.

34 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

Parte relacionada	Natureza da operação		
		2008	2007
Ativo circulante			
Sanepar	Consumidores e revendedores	8.672	8.672
Governo do Estado do Paraná	Consumidores e revendedores	47.174	50.163
	CRC (NE nº 9)	47.133	40.509
	ICMS a recuperar (NE nº 10)	22.926	18.075
	Cessão de empregados	258	210
Copel Geração e Transmissão	Consumidores e revendedores	272	459
	Encargos de uso da rede elétrica	367	452
Copel Telecomunicações	Consumidores e revendedores	17	16
	Aluguel de equipamentos e estruturas	89	84
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Encargos de uso da rede elétrica	778	961
Ativo não circulante			
Sanepar	Consumidores e revendedores	8.672	17.343
Governo do Estado do Paraná	Consumidores e revendedores	26.976	49.717
	CRC (NE nº 9)	1.272.770	1.209.853
	ICMS a recuperar (NE nº 10)	52.497	38.800
Passivo circulante			
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 20)	100.040	74.090
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	5.505	8.028
Governo do Estado do Paraná	ICMS a recolher (NE nº 10)	126.875	121.287
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos (a)	8.647	7.602
	Juros sobre capital próprio	141.100	117.421
	Dividendos	-	60.879
Copel Geração e Transmissão	Encargos de uso da rede elétrica	8.365	7.174
	Compra de energia elétrica (NE nº 20)	10.326	8.382
	Parcela de ajuste - encargos da rede (NE nº 25)	5.992	11.909
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações	2.308	1.894
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica (NE nº 20)	14.209	12.940
Centrais Eólicas do Paraná	Compra de energia elétrica	-	4.302
Passivo não circulante			
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	67.178	40.271
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos (a)	85.359	70.432
	Mútuo (b)	597.227	683.052
Copel Geração e Transmissão	Parcela de ajuste - encargos da rede (NE nº 25)	-	5.992

Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

Parte relacionada	Natureza da operação		
		2008	2007
Receita operacional			
Sanepar	Fornecimento de energia elétrica	122.205	123.237
Governo do Estado do Paraná	Fornecimento de energia elétrica	95.461	94.284
Petrobras	Fornecimento de energia elétrica	11.453	11.330
Copel Geração e Transmissão	Fornecimento de energia elétrica	3.241	3.001
	Receita de uso da rede elétrica	4.389	5.992
Copel Transmissão	Fornecimento de energia elétrica	-	937
Copel Telecomunicações	Aluguel de equipamentos e estruturas	1.067	1.009
	Fornecimento de energia elétrica	190	177
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Fornecimento de energia elétrica	7.788	8.735
	Renda de prestação de serviços	320	-
Energia elétrica comprada p/ revenda			
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	475.956	394.865
Copel Geração e Transmissão	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	90.511	74.229
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	162.802	150.085
Centrais Eólicas do Paraná	Compra de energia elétrica	451	505
Itiquira Energética	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	107.894	98.175
Encargos de uso da rede			
Copel Geração e Transmissão	Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b)	72.339	5.663
Copel Transmissão	Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b)	-	260.111
Administradores			
Diretoria	Honorários e encargos sociais (NE nº 30.c)	481	248
Serviços de Terceiros			
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações (NE nº 30.d)	25.250	22.728
Recuperação de despesas			
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	405	145
Outras despesas operacionais			
Fundação Copel	Aluguel de imóveis	3.877	2.506
Receitas financeiras			
Governo do Estado do Paraná	Receita s/ CRC (NE nº 31)	189.589	167.526
	Receita s/ faturas renegociadas	7.024	6.567
Despesas financeiras			
Eletrobrás	Desp. s/ financiamentos	4.628	2.303
Cia Paranaense de Energia - Copel	Encargos de dívidas - mútuo	61.145	62.809

Os valores decorrentes de atividades operacionais envolvendo partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pelo órgão regulador.

a) Financiamentos repassados

A Controladora repassou os empréstimos e financiamentos para a Copel Distribuição, quando de sua constituição em 2001, com a mesma incidência de encargos assumidos. Entretanto, como os contratos de transferências não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, estes compromissos encontram-se registrados no passivo da Controladora, bem como no ativo na forma de crédito com a Copel Distribuição.

Na Copel Distribuição as obrigações estão registradas na rubrica de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 94.006 (R\$ 78.034 em 31/12/07) (NE nº 19).

b) Mútuo

Em 27/02/07, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Controladora (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de cinco anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foram o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, vencidas em 01/03/07.

35 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir. As informações relativas a seguros não foram auditadas pelos auditores independentes.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2009	564.266
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2009	245.885
Responsabilidade civil (c)	24/8/2009	5.780
Engenharia (d)	24/8/2009	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2009	apólice por averbação
Riscos Diversos (f)	24/8/2009	45

a) Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Em imóveis próprios e locados há cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Controladora com importância segurada única, extensiva a Copel Distribuição. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transporte. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

36 GASTOS EM MEIO AMBIENTE

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2008 e 2007, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

	2008	2007
Rede Compacta e Linha Verde	74.332	38.069
Programa de Gestão de Resíduos	896	902
Programa de Proteção a Fauna e a Flora	247	126
Programa Tributo às Águas e outros	43	-
Programa de Educação Ambiental	-	55
Programa de eficiência energética – PEE e P&D	28.915	55.411
	104.433	94.563

37 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Apresentamos a seguir o resultado da Copel Distribuição, segregado por atividade:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	-	2.804.767	2.804.767
Suprimento de energia elétrica	-	60.722	60.722
Disponibilidade da rede elétrica	3.330.176	-	3.330.176
Outras receitas operacionais	59.706	8.686	68.392
	3.389.882	2.874.175	6.264.057
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.496.593)	(1.001.546)	(2.498.139)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.893.289	1.872.629	3.765.918
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	-	(1.763.470)	(1.763.470)
Encargos de uso da rede elétrica	(246.078)	(120.483)	(366.561)
	(246.078)	(1.883.953)	(2.130.031)
Custo de operação			
Pessoal	(317.046)	(67.112)	(384.158)
Planos previdenciário e assistencial	(19.898)	(3.260)	(23.158)
Material	(33.577)	(2.574)	(36.151)
Serviços de terceiros	(90.763)	(38.956)	(129.719)
Depreciação e amortização	(157.061)	(1.755)	(158.816)
Outros custos de operação	(5.463)	8.048	2.585
	(623.808)	(105.609)	(729.417)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	(62)	-	(62)
Material	(942)	-	(942)
Serviços de terceiros	(384)	-	(384)
	(1.388)	-	(1.388)
	(871.274)	(1.989.562)	(2.860.836)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	1.022.015	(116.933)	905.082
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	(338)	(30.941)	(31.279)
Despesas gerais e administrativas	(47.503)	(129.575)	(177.078)
Outras receitas (despesas), líquidas	(38.890)	(46.257)	(85.147)
	(86.731)	(206.773)	(293.504)
RESULTADO DO SERVIÇO	935.284	(323.706)	611.578
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	63.635	236.916	300.551
Despesas financeiras	(126.557)	(53.546)	(180.103)
	(62.922)	183.370	120.448
RESULTADO OPERACIONAL	872.362	(140.336)	732.026
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	872.362	(140.336)	732.026
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	(100.483)	-	(100.483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.169)	-	(87.169)
	(187.652)	-	(187.652)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	684.710	(140.336)	544.374

PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO.**

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado — através de análises de balancetes — a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2008, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes — bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 18 de março de 2009

OSMAR ALFREDO KOHLER

Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA**CONSELHO FISCAL**

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER

Membros: HERON ARZUA
WILSON PORTES**DIRETORIA**

Diretor Presidente RUBENS GHILARDI

Diretor de Finanças, Relações com Investidores e
de Controle de Participações PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI

Diretor de Administração ANTONIO RYCHETA ARTEN

Diretor de Distribuição RONALD THADEU RAVEDUTTI

Diretor Jurídico ZUUDI SAKAKIHARA

Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial MARLENE ZANNIN

Diretor Adjunto ELZIO BATISTA MACHADO

CONTADOR

Contador - CRC-PR-024769/O-3 ENIO CÉSAR PIECZARKA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOO Conselho de Administração da Copel
Distribuição S.A. foi extinto através de sua 5ª
Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela
119ª Reunião Ordinária do Conselho de
Administração da Companhia Paranaense de
Energia - Copel

As demonstrações contábeis da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 14 de abril de 2009.
